



Índice

- 01** Educação indígena em Minas é tema de reunião conjunta
- 02** Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará se mobilizam na luta pelos seus direitos
- 03** Índios guarani pedem demarcação de suas terras na cidade de São Paulo
- 04** Em rede social, Walter Brito Neto defende direito à vida de crianças indígenas brasileiras
- 05** Fundesportes participa de Jogos Tradicionais em aldeia Xerente
- 06** Parceria resulta na detenção de quarenta madeireiros ilegais
- 07** Filmoteca Acreana exhibe mostra em homenagem a semana do índio
- 08** Espaço Ciência programa atividades para celebrar povos indígenas, em PE
- 09** I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas
- 10** Presidente do Conselho Estadual da Juventude participa de agenda em Feijó
- 11** Resolução do Estado trouxe prejuízo à educação indígena
- 12** Carta do Nordeste da 5ª Semana Social Brasileira
- 13** BA – Fazendeiro Jayme Oliveira do Amor é preso sob suspeita no desaparecimento de quilombola
- 14** Mesas temáticas do VII FSPA: Definidos os eixos e principais mesas temáticas que farão parte da programação do evento



- 15 Mulheres do Xingu: Nem rosas, nem bombons. Mãe de dez filhos só queria salvar o pouco que tinha
- 16 Latifundiários formam milícias privadas para massacrar índios
- 17 Hoje, às 16h, na Cinemateca de Curitiba, exibição do filme "Corumbiara", de Vincent Carelli
- 18 Denúncia feita ao Papa: "Grupos político-econômicos buscam desconstruir os direitos territoriais dos povos indígenas". Entrevista especial com Dom Erwin Kräutler
- 19 Ribeirinhos da Amazônia apostam na pesca sustentável e no manejo florestal
- 20 'Vivemos talvez o período mais dramático da história indígena', diz representante do MPF
- 21 Mostra Cultural Indígena valoriza manifestações das etnias da região de Dourados
- 22 Evento de comemoração ao Dia do Índio tem proposta para tornar a Licenciatura Indígena um curso permanente do CPAQ
- 23 Bang, Bang, Pow, Pow – Faroeste e futebol em terra Guarani Kaiowá
- 24 Voluntários do Programa UEA Cidadã realizam visita a comunidade indígena
- 25 Jogos Mundiais Indígenas colocam prefeito Amastha e Kátia Abreu lado a lado
- 26 Enfermagem indígena - Prorrogado prazo de inscrições para contratar docentes
- 27 Filmoteca Acreana exhibe a mostra Povos Indígenas
- 28 Evento reúne garoto e garota indígenas



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

-
- 29** Comunidades indígenas denunciam descasos na saúde e educação, em Marau
 - 30** Exposição "Artesanato Indígena de MS" acontece hoje na Casa do Artesão
 - 31** Pesquisa de Mineração é suspensa em área quilombola de São Paulo



Educação indígena em Minas é tema de reunião conjunta

SÍTIO FAROL COMUNITÁRIO, 14.04.2014

Audiência pública vai tratar do impacto de resolução da Secretaria de Estado de Educação nas escolas para índios.

Debater a educação indígena em Minas Gerais e os reflexos da Resolução 2.442/13, da Secretaria de Estado de Educação (SEE), na organização das escolas indígenas é o propósito da reunião conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nesta segunda-feira (14/4/14), às 14 horas, no Auditório.

A audiência pública, a requerimento do deputado André Quintão (PT), partiu de solicitação da comunidade indígena xacriabá e do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Copimg) para discutir os desafios da educação indígena no Estado em relação à gestão e ao financiamento.

O parlamentar lembra que, na semana em que se comemora o Dia do Índio (19 de abril), a ALMG realiza uma atividade para reflexão frente às demandas relacionadas à educação nas comunidades indígenas.

"Entre os principais pontos apresentados está a Resolução 2.442/13, que pode reduzir o quadro de profissionais atuantes nas escolas indígenas, e a criação de turmas multisseriadas, que, na opinião dos representantes das comunidades, poderiam influenciar na qualidade do ensino oferecido, na autonomia e no direito a uma educação diferenciada", destaca o deputado André Quintão.

Além dessas questões, serão discutidas a construção e ampliação da rede física e a organização do colegiado escolar.

A Resolução SEE 2.442, de 7 de novembro de 2013, estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica.

Foram convidados para o encontro a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Macaé Maria Evaristo dos Santos; a secretária de Estado de Educação, Ana Lúcia Gazzola; o procurador da República Marcelo Malheiros Cerqueira; o coordenador-geral do Copimg, Mezaque Silva de Jesus; o cacique xacriabá Domingos Nunes de Oliveira; e o coordenador do escritório da Funai em Governador Valadares, Thiago Henrique Fiorott.

Imprensa ALMG



Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará se mobilizam na luta pelos seus direitos
SÍTIO FONTE BRASIL, 14.04.2014

No período de 14 a 17 de abril, no anfiteatro da fortaleza de São José, acontece o Encontro de Mobilização Pela Luta dos Direitos dos Indígenas através da Mobilização dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará que contará com a participação de representantes e líderes das etnias Apalai, Galibi Kal'ña, Karipuna, Kaxuyana, Palikur, Tiriyo, Txikuyana, Waiana e Waiãpi.

Os Objetivos do encontro são promover o debate entre as autoridades federais, estaduais e municipais dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário para o reconhecimento do direito indígena; melhor atenção às necessidades dos povos com a realização de ações de políticas públicas específicas reconhecendo o protagonismo indígena na construção dessas políticas.

Para que o Encontro possa surtir o efeito desejado estão previstas agendas com o Ministério Público Federal, Estadual, Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e com a Bancada Federal do Amapá no Congresso Nacional.

O acolhimento dos participantes será em uma tenda montada ao lado da Fortaleza de São José e às 9 horas desta segunda-feira 14 de abril, ocorre a leitura e aprovação do regulamento de funcionamento da mobilização.

Às 10 horas será escolhida a coordenação do acampamento, apresentação das regiões indígenas, aprovação da programação da semana e será concedida entrevista coletiva a imprensa, logo em seguida será servido o almoço, por volta das 12 horas.

Os trabalhos reiniciam às 14 horas com uma análise da conjuntura Política e Indigenista no Brasil que se estenderá às 19 horas quando todos participarão do jantar e às 20 horas ocorre uma programação cultural.

Na terça-feira 15 de abril a partir das 9 horas está prevista audiência com representantes dos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal que se estenderá durante o dia, somente com intervalo para o almoço às 12 horas. Foram convidados para essa audiência, além dos órgãos que atuam nas áreas indígenas as universidades, secretarias e de estado e Prefeitura de Macapá. A noite acontece o jantar e programação cultural sempre no mesmo horário durante todo o evento.

Dia 16 de abril, quarta-feira, a Assembleia Legislativa abre o seu plenário para receber os representantes dos povos indígenas para uma audiência das 9 horas ao meio-dia e no período da tarde, iniciando às 14 horas uma audiência com o Ministério Público Federal com local ainda a ser definido.

Já no dia 17 será a vez dos membros da Bancada Federal do Amapá no Congresso Federal

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

participarem da audiência pública tratando dos assuntos que pautam as reivindicações das lideranças indígenas que ocorrerá pela manhã das 9 às 12 horas. À tarde, por volta das 14 horas as lideranças farão os encaminhamentos finais da Mobilização encerrando o Encontro e levantando acampamento. A noite segue o jantar e a programação cultural finalizando o evento.

Maiores detalhes podem ser obtidos com: Kleber Karipuna (96) 9124-1674-vivo / 8124-3840-Tim / 8803-1849-Oi ou Simone Karipuna (96) 8102-2812-Tim / 9177-0661-vivo / 9909-2934-Oi

Assessoria de Comunicação do CES-APAvenida Antonio Coelho de Carvalho – Centro – nº 932 – CEP: 68906-000 – Macapá/APTelefones: (96) 3223-3753 Fax: (96)3223-1706 site: ces

facebook.com/conselhoestadualdesaude

Décio Damasceno
(91) 9117-1963 vivo (61) 9933-4785 vivo
(96) 9965-1784 oi / 8118-4092 tim



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Índios guarani pedem demarcação de suas terras na cidade de São Paulo

SÍTIO CIMI, 14.04.2014

No próximo dia 17, os mais dois mil índios guarani que vivem na cidade de São Paulo darão mais um passo na luta pelo reconhecimento de suas terras tradicionais. Os Guarani lançam nessa quinta-feira, às 16h, em frente ao Pátio do Colégio, a Campanha Resistência Guarani São Paulo.

Com o apoio de movimentos sociais, coletivos, ONGs e apoiadores da causa indígena, essa mobilização é capitaneada pela Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) - organização política autônoma que congrega as aldeias do povo guarani localizadas no Sul e Sudeste do Brasil - e visa pressionar o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a declarar as terras indígenas Jaraguá, na Zona Norte, e Tenondé Porã, no extremo sul da cidade. Já reconhecidas pela Funai, essas terras somam juntas cerca de 16.500 ha.

Sem o término do processo de demarcação, os índios vivem confinados em áreas minúsculas e ainda sofrem ameaças de despejo - como é o caso da aldeia Tekoa Pyau, no Pico do Jaraguá, onde foi decidida em primeira instância uma reintegração de posse contra os índios,

Além da mobilização nas ruas, a CGY lançou também uma plataforma multimídia com vídeos, mapas, textos e fotos onde é possível conhecer detalhes das reivindicações feitas pelas comunidades: <http://campanhaguaranisp.yvyrupa.org.br>

Na internet, também é possível manifestar seu apoio à causa assinando a petição que exige do Ministério da Justiça a demarcação das Terras Indígenas Guarani na Grande São Paulo: <http://goo.gl/3NQwPh>

Assista também o vídeo da campanha: <http://www.youtube.com/watch?v=btfb2eY7tSo>

Outro ato foi chamado para o dia 24/4, com a concentração no Vão Livre do MASP, às 17h, e contará com a presença de várias comitivas de guaranis das diferentes aldeias deste povo na região. Acompanhe: <https://www.facebook.com/events/294085780746244/>

Serviço:

CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS GUARANI EM SÃO PAULO

LANÇAMENTO

Dia 17 de abril, quinta feira, às 16h em frente ao Pátio do Colégio.

<https://www.facebook.com/events/1422297861354711/>

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Mais informações

resistenciaguaranisp@yvyrupa.org.br

11 951691747/ 972040234/ 976005699/ 948572816



Em rede social, Walter Brito Neto defende direito à vida de crianças indígenas brasileiras

SÍTIO PB AGORA, 14.04.2014

Em sua página pessoal do twitter, o pré-candidato a deputado federal Walter Brito Neto (PTB), postou declarações em favor do direito à vida de crianças indígenas.

Segundo Walter Brito, a Funai (Fundação Nacional do Índio), tem se omitido e impedido intervenções do governo e da igreja no que ele chama de infanticídio indígena no Brasil.

Ainda de acordo com o pré-candidato, crianças indígenas recém-nascidas são enterradas vivas , ou simplesmente deixadas na mata para morrer e em nome da "cultura" a Funai não intervem.

Walter Brito Neto ressalta que a luta em defesa das crianças e dos índios é um dos motivos que o move para buscar o seu retorno a Câmara Federal.

Veja as postagens na íntegra:





Fundesportes participa de Jogos Tradicionais em aldeia Xerente

SÍTIO SURGIU, 14.04.2014

Os Jogos tiveram a participação de quatro aldeias: aldeia Porteira, aldeia Angelim, aldeia Nova e aldeia Cercadinho

A Fundação Municipal de Esportes e Lazer (Fundesportes) apoiou no último sábado, 12, a realização dos Jogos Tradicionais Indígenas do povo Xerente, a 100km de Palmas. A abertura, como manda a tradição, foi feita às 9h, pelos anciãos do povo, que agradeceram à equipe da Fundesportes pela participação e pela preocupação em divulgar toda a importância que existe em volta da cultura indígena.

Os Jogos tiveram a participação de quatro aldeias: aldeia Porteira, aldeia Angelim, aldeia Nova e aldeia Cercadinho. A disputa envolveu as modalidades de futebol, arco e flecha, arremesso de lança, corrida e cabo de guerra – destaque para o diretor de Esportes de Participação da Fundesportes, Allan Dutra, que entrou na brincadeira e teve um ótimo desempenho na modalidade de arremesso de lança.

“Agradecemos pela oportunidade de apoiar. Organizamos uma equipe para cooperar com os jogos que é uma nova experiência para todos nós e também para vocês. Todo mundo com certeza leva um novo aprendizado daqui.” agradeceu o diretor Allan Dutra aos que estavam presentes, no final dos Jogos.

Todos os participantes estavam muito engajados em participar e celebrar o esporte, conforme lembrou Alexandre Chaparzane Xerente, um dos coordenadores do evento.

“O esporte para nós significa vida, história. Serve para a coletividade, a partir da competição, pois toda a aldeia se envolve. A aproximação do esporte ajuda na saúde do povo, pois junto com a aproximação dos não indígenas vieram também as drogas e doenças para dentro das aldeias. É bom ver o interesse e preocupação da Fundesportes em valorizar nossa cultura, pois com o passar do tempo a história vai se perdendo”, afirmou

Os campeões receberam medalhas, troféus e duas bolas novas pra toda a aldeia, com o objetivo de incentivar cada vez mais a prática de esportes. Na ocasião, os atletas que a cidade de Palmas pode sediar os Jogos Mundiais Indígenas em 2015, então, se mostraram ainda mais preocupados e animados em desenvolver o esporte nas aldeias, levando em que eles podem participar de um evento com uma visibilidade mundial.



Parceria resulta na detenção de quarenta madeireiros ilegais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 14.04.2014

Índios Kayapó denunciaram ao Ibama a ação de madeireiros ilegais em suas terras, no Pará. Multas somam R\$ 50 milhões

Durante a semana passada, o Ibama realizou uma operação de fiscalização na Terra Indígena Menkragnoti, de cerca de 4,9 milhões de hectares, no estado do Pará. Os indígenas da etnia Kayapó denunciaram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a ação de madeireiros ilegais em suas terras.

Foi definido um plano de atuação em parceria entre o Ibama e os Kayapós que resultou na detenção em flagrante de 40 pessoas, na destruição de 11 acampamentos de madeireiros e na apreensão de 26 motoserras, além de multas no valor de R\$ 50 milhões.

O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, observa que a participação dos Kayapós foi determinante para o êxito da ação: "A grande maioria dos alvos foi localizada pela comunidade Kayapó. Essa parceria haverá de propiciar a manutenção da integridade da área, constituindo-se em uma barreira para travar os grandes grileiros na BR 163".

A ação de fiscalização teve a participação de 27 agentes ambientais do Ibama, quatro policiais do Grupamento Tático da Polícia Militar do Pará, seis policiais da Força Nacional e servidores da Funai. A Terra Indígena Menkragnoti abrange os municípios de Altamira e São Félix do Xingu/PA, Matupá e Peixoto de Azevedo/MT.

Fonte:
Ibama



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Filmoteca Acreana exhibe mostra em homenagem a semana do índio

SÍTIO G1, 14.04.2014

*Mostra nacional começa às 19h desta segunda-feira (14).
Sessões se estendem até a quinta-feira (17).*

O Dia do Índio é comemorado no dia 19, próximo sábado. Em homenagem ao dia, a Filmoteca Acreana exhibe, a partir de segunda-feira (14), filmes nacionais que relatam a vida dos indígenas. A entrada é franca. As sessões começam às 19h e se estendem até quinta-feira (14).

Os interessados devem procurar a filmoteca, que funciona anexo à Biblioteca Pública, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 389, no Centro de Rio Branco. Confira programação completa das exhibições:

Tumbalalá-Tupinambá - Segunda-feira (14), às 19h e Índios no Brasil - Primeiros Contatos;

Terra Vermelha - Terça-feira (15), às 19h;

Belo Monte, Anúncio de uma Guerra - Quarta-feira (16), às 19h;

Xingu- Quinta-feira (17), às 19h.



Espaço Ciência programa atividades para celebrar povos indígenas, em PE
SÍTIO G1, 14.04.2014

*A partir de segunda (14), evento tem oficinas, contação de história e teatro.
Para participar é preciso agendar visita; todas as atividades são gratuitas.*

O Espaço Ciência, em Olinda, programou uma série de atividades gratuitas para o Dia do Índio, celebrado no próximo dia 19 de abril. Entre segunda (14) e quarta-feira (16), serão realizadas 13 oficinas, contação de histórias, além de sessões no planetário com constelações indígenas e a peça teatral "A Lenda do Uirapuru".

Em um dos jogos abertos ao público, chamado "Ocupação do continente americano", os participantes responderão a várias perguntas sobre os povos indígenas. Em seguida discutirão a respeito da possível migração dos índios segundo a teoria do Estreito de Bering.

Já a oficina "Como as diferentes culturas percebiam o céu" vai trabalhar com a desconstrução de teorias que colocam as culturas indígenas num patamar inferior às demais. Também pretende traçar um paralelo entre conhecimentos astronômicos adquiridos em diferentes momentos por culturas diferentes. Clique aqui e confira as atividades programadas.

A ideia do evento, segundo os organizadores, é mostrar aos visitantes a ciência dos primeiros habitantes do Brasil além de retratar como eles vivem atualmente. Para participar é necessário agendar a visita pelo número (81) 9488-3972.



I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas

SÍTIO FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 14.04.2014

Com o objetivo de aproximar a sociedade sobre as culturas indígenas do Brasil, a I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas ocorre entre os dias 14 e 19 de abril em diversos espaços culturais da capital paranaense, com o intuito de pluralizar o acesso e a divulgação de 16 filmes produzidos em diferentes regiões do país. Entrada franca em todas as exhibições.

A mostra é realizada com o apoio e parceria das produtoras Vídeo Nas Aldeias, Pajé Filmes, Filmes de Quintal, Vitrine Filmes e Movimentto Marketing Produções. E os respectivos órgãos, Prefeitura Municipal de Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

A abertura da I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas será na Biblioteca Pública do Paraná, com mesa-redonda, exibição do Corumbiara e bate-papo com o cineasta e secretario executivo da ONG Vídeo nas Aldeias, Vincent Carelli. Reconhecido e premiado internacionalmente pelos filmes dirigidos por ele ao longo de quase trinta anos na divulgação das culturas indígenas.

Programação da Cinemateca de Curitiba:

Dia 15 (3ª feira)

16h: exibição do filme Corumbiara, do diretor Vincent Carelli

18h: bate-papo com o cineasta Vincent Carelli, diretor do filme Corumbiara

Dia 16 (4ª feira)

16h: Bicicletas de Nhaderu, com direção de Patrícia Ferreira (Keretxu); Marangmotxíngmo Mirang, Ariel Duarte Ortega; Das Crianças Ikpeng para o Mundo, com direção de Karané Ikpeng, Natuyu Yuwipo Txicão, Kumaré Ikpeng.

17h: Quando os Yãmiy vêm Dançar Conosco, da diretora Renata Otto Diniz; Kuxakuk Xak (Caçando Capivara), com direção de Derli Maxakali, Marilton Maxakali, Juninha Maxakali, Janaina Maxakali, Fernando Maxakali, Joanina Maxakali, Zé Carlos Maxakali, Bernardo Maxakali e João Duro Maxakali.

Dia 17 (5ª feira)

16h: exibição de três curtas. Kotkuphi, do diretor Isael Maxakali; Xupapoyñag, do diretor Isael Maxakali e Carta Kisêdjê Para a RIO+20, do Diretor Kamikia P. T. Kisedje.

17h: exibição do filme Shuku Shukuwe – A Vida é Para Sempre.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Dia 18 (6ª feira)

16h : exibição do longa-metragem As Hiper Mulheres, dos diretores Carlos Fausto, Leonardo Sette, Takumã Kuikuro.

18h: exibição do filme do acervo da Cinemateca, Os Xetás nas Serra dos Dourados, do Kozak, e o curta do cineasta Fernando Severo, O Mundo Perdido de Kozak.

20h: exibição de três curtas. Kotkuphi, do diretor Isael Maxakali; Xupapoyñag, do diretor Isael Maxakali e Carta Kisêdjê Para a RIO+20, do Diretor Kamikia P. T. Kisedje.

Dia 19 (sábado)

16h: exibição de três curtas. Kotkuphi, do diretor Isael Maxakali; Xupapoyñag, do diretor Isael Maxakali e Carta Kisêdjê Para a RIO+20, do Diretor Kamikia P. T. Kisedje.

17h: exibição do filme do acervo da Cinemateca, Os Xetás nas Serra dos Dourados, do Kozak, e o curta do cineasta Fernando Severo, O Mundo Perdido de Kosak.

18h e 20h: exibição do Programa Indígena

Filmes:

Ãgtux

Tania Anaya, MG-DF, 2005

Bubula, o cara vermelha

Luiz Eduardo Jorge, Go, 1999

Jornada Kamayurá

Heinz Forthmann, RJ, 1966

Mato eles?

Sergio Bianchi , Brasil, 1983

Saiba mais sobre a I Mostra Audiovisual – Olhares Indígenas clicando aqui.

Ingresso: gratuito

Data(s): 15/04/2014 a 19/04/2014 - 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª feira e sábado

Público Dirigido: não

Classificação: livre

Espaço Cultural:

Cinemateca de Curitiba



Presidente do Conselho Estadual da Juventude participa de agenda em Feijó

SÍTIO VEJA DE TUDO, 14.04.2014

Na ocasião, foram entregues equipamentos esportivos e exemplares do Estatuto da Juventude

O presidente do Conselho Estadual da Juventude, Thiago Higino, esteve em Feijó, na sexta-feira (11), para participar de uma agenda com o Conselho Municipal da Juventude de Feijó (CMJ – Feijó) e com a Juventude Indígena do Município.

higino14-04-2014A agenda tinha como objetivo articular as Entidades de Juventude no município para o Fórum Acriano de Juventude e fortalecer o Conselho Municipal da Juventude, através do projeto “Juventude na Comunidade”, da Assessoria Especial da Juventude.

Thiago Higino ressaltou o trabalho que vem sendo feito pelo Governo Estadual na inclusão de políticas públicas para a juventude. “Estamos trabalhando em parceria com o governador Tião Viana que tem priorizado muito os jovens através de políticas que beneficiam a juventude. Eventos como esse ajudam a fortalecer cada vez mais o nosso trabalho em prol da juventude”

O Conselho Estadual da Juventude entregou equipamentos esportivos (bolas de várias modalidades, troféus, medalhas, jogos de camisas, etc) e divulgou o Estatuto da Juventude através da entrega de 200 exemplares da publicação.

Na ocasião, foi criada a coordenação dos Jovens Huni Kui da Terra Indígena, representada pelo jovem indígena Rui Kaxinawá, que em parceria com o Conselho Municipal da Juventude, ajudará a articular a juventude indígena no Município



Resolução do Estado trouxe prejuízo à educação indígena

SÍTIO ALMG, 14.04.2014

Governo reconhece o problema e se compromete a atender as reivindicações das comunidades indígenas.

Segundo os participantes de audiência pública promovida em conjunto pelas Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nesta segunda-feira (14/4/14), a Resolução 2.442/13, da Secretaria de Estado de Educação (SEE), causou a drástica redução do quadro de funcionários e até mesmo a paralisação das atividades de algumas instituições voltadas à educação indígena. Por outro lado, o Governo do Estado assumiu o compromisso de manter o diálogo aberto para atender às reivindicações das comunidades indígenas.

A Resolução 2.442/13 estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais e para a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. Segundo a superintendente de Modalidades Temáticas Especiais de Ensino da SEE, Soraya Hissa de Siqueira, a norma tem como objetivo equilibrar o número de funcionários às necessidades das instituições de ensino no Estado, uma vez que atualmente algumas apresentam déficit e outras um excesso de profissionais para as suas atividades.

No entanto, ainda de acordo com a representante da SEE, como as escolas indígenas têm características específicas, acabaram por ser prejudicadas pelas normas gerais dispostas na resolução, o que causou a redução do número de funcionários dessas instituições.

O cacique da tribo xacriabá de São João das Missões (Norte de Minas), Domingos Nunes de Oliveira, apontou os impactos negativos da Resolução 2.442/13. "A escola xacriabá foi uma das mais afetadas. Perdemos quase 50 funcionários, o que levou à paralisação das aulas", disse.

Domingos de Oliveira também reclamou da falta de diálogo do Executivo com as comunidades antes da definição das normas que as afetam diretamente e defendeu a criação da categoria escola indígena, para assegurar a especificidade do modelo de educação desse estrato da população.

Na mesma linha, o coordenador-geral do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Copimig), Mezaque Silva de Jesus, expressou sua discordância com a resolução. "Estamos sendo desconsiderados enquanto sociedade organizada. Normalmente as decisões vêm de cima para baixo - essas mudanças não têm o nosso aval", afirmou.

"A referida resolução atropela a organização das nossas escolas. Por isso a importância da categoria escola indígena, que contenha uma legislação própria para a comunidade. O atual sistema foi criado para nós, e não por nós", acrescentou o diretor da escola xacriabá, Jair

CONT.



Cavalcanti. Ele também citou os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional a Lei Complementar 100, de 2007, que efetivou sem concurso cerca de 98 mil servidores designados, a maior parte deles da área de educação.

O procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antônio Júnior, informou algumas diretrizes presentes na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que devem ser seguidas por todos os países. Ele ressaltou os artigos que estabelecem a necessidade de alfabetização das crianças indígenas em suas línguas maternas, o direito dos índios de participar dos programas educacionais voltados para eles e a igualdade de oportunidades na educação em todos os níveis.

Secretaria de Educação garante adaptações à realidade indígena

A representante da SEE, Soraya Hissa de Siqueira, esclareceu que o objetivo da pasta é manter uma relação de diálogo com as lideranças indígenas e promover, na medida do possível, as alterações requisitadas para o funcionamento das escolas nas aldeias. De acordo com ela, a secretaria já promoveu reuniões com algumas tribos, como os xacribás e pataxós, e várias demandas já foram atendidas, como a exclusão do projeto inicial de turmas multiseriadas.

“Estamos promovendo um estudo para elaborar uma resolução construída com a consulta direta aos indígenas”, afirmou. Em relação aos efeitos da decisão do STF sobre a Lei Complementar 100, Soraya Siqueira informou que o Estado deve apenas acatar a decisão da corte, mas que os funcionários afetados pela sentença devem continuar contratados como designados nas escolas indígenas, uma vez que os profissionais dessas instituições devem ser índios.

A secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), Macaé Maria dos Santos, defendeu a instalação de uma comissão de educação escolar indígena no Estado, nos moldes da comissão nacional, para a formulação de diretrizes próprias para os índios.

Macaé Maria dos Santos ainda ressaltou algumas realizações do Governo Federal, como a organização das escolas indígenas por território étnico-educacional e o programa de fortalecimento desses territórios; a sanção da Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012), que assegura vagas no ensino superior aos índios, e da Lei 12.960, de 2014, que proíbe o fechamento das escolas indígenas sem consulta à comunidade local; a bolsa-permanência, de R\$ 900, para estudantes índios que ainda vivem em suas aldeias; e o Programa Saberes Indígenas nas Escolas, que valoriza o ensino das línguas maternas das tribos.

Por fim, a representante do MEC sugeriu a oferta de concursos específicos para os profissionais indígenas na área de educação. Em relação à criação de concurso público voltado aos índios, o procurador Edmundo Antônio Júnior defendeu que o candidato deve ter o direito de escolha de atuação em determinada aldeia no momento da inscrição. Ele também concordou com a aplicação do concurso de maneira específica para cada comunidade.

CONT.



Deputados defendem importância do debate

Os parlamentares destacaram a importância do debate proporcionado pela ALMG e o longo caminho a ser percorrido para a plena valorização dos índios. "Priorizamos aqui uma atividade de reflexão, amparada principalmente na construção e ampliação da rede física e no atual quadro de pessoal das escolas indígenas", frisou o deputado Duarte Bechir (PSD).

"Esta audiência é fruto da solicitação das próprias etnias indígenas. Sempre no mês de abril, a Comissão de Participação Popular realiza atividades em prol desse contingente. Inclusive, no que depende da ALMG, as questões ligadas aos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas têm avançado", comentou o autor do requerimento da reunião, deputado André Quintão (PT).

A deputada Maria Tereza Lara (PT) se disse esperançosa de que as discussões da audiência se desdobrarão em ações concretas, pela presença de representantes das três esferas de governo. O deputado Arlen Santiago (PTB) enumerou as principais reivindicações dos indígenas e ações do Executivo estadual que têm esse público como alvo.

Entre os assuntos abordados pelo parlamentar, estão a demarcação de terras, a estrutura da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Estado, o pagamento dos profissionais das escolas indígenas e ações para desenvolver a telefonia celular e o transporte escolar nas aldeias.



Carta do Nordeste da 5ª Semana Social Brasileira

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.04.2014

As Pastorais Sociais dos cinco regionais do nordeste realizaram, entre os dias 4 e 6 de abril, em Lagoa Seca (PB), o Nordeste da 5ª Semana Social Brasileira (SSB). Representações de quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, camponeses, catadores de materiais recicláveis, juventudes, movimento negro, movimento de mulheres, atingidos por grandes empreendimentos, sem-terra, sem-teto, população de rua, igrejas cristãs e de religiões de matriz africana compartilharam os desdobramentos da 5ª SSB e publicaram uma carta com as conclusões do encontro, que teve o tema "O Nordeste que temos. E o Nordeste que queremos".

Confira a CARTA !

CARTA DO NORDESTÃO DA 5ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

Somos povos que insistem no direito de viver! Não somos um povo único. Somos diversos: quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais, ribeirinhos e ribeirinhas, camponeses e camponesas, catadores e catadoras de materiais recicláveis, juventudes, movimento negro, movimento de mulheres, atingidos pelos grandes projetos, sem-terra, sem-teto, população de rua, igrejas cristãs com suas pastorais sociais e organismos e religião de matriz africana. Vindos dos nove estados da região, movidos e movidas pela esperança da construção do Nordeste que queremos, nos reunimos entre os dias 04 e 06 de abril, em Lagoa Seca/PB, no momento Nordeste da 5ª Semana Social Brasileira.

Puxando o fio da história, tecemos juntos e juntas a conjuntura política, econômica, social brasileira, especificamente do Nordeste. Partilhamos, em nossas miniplenárias, as experiências de resistência rumo ao Nordeste que queremos. Buscamos, a exemplo daqueles e daquelas que nos antecederam na luta, fortalecer a articulação das forças vivas comprometidas no processo de construção de um Estado a serviço de todos e de todas. Neste sentido, repudiamos:

- o modelo de desenvolvimento neoliberal e neodesenvolvimentista imposto pelo Estado, que tem impactado negativamente os povos, comunidades e populações empobrecidas do Nordeste;
- a criminalização das manifestações populares e movimentos sociais, bem como todas as formas de legalização e regulação da repressão, classificando-as como atos terroristas;
- a destituição dos direitos sociais garantidos e a privatização dos serviços públicos, como saúde e educação, cuja a garantia é dever do Estado, sendo entregues a grupos declaradamente a serviço da lógica mercantilista da vida.
- Repudiamos a expulsão de povos e comunidades tradicionais e camponeses de seus

CONT.



territórios, sendo o Estado o promotor da expropriação e violência, aliado aos interesses do capital;

- a falta de uma efetiva Reforma Agrária e a implementação de um modelo agrícola baseado no agronegócio, com o uso indiscriminado de agrotóxicos e a dependência de sementes geneticamente modificadas, gerando um contexto de violência extrema no campo, gerando negação e ameaça à soberania e segurança alimentar e nutricional;
- a privatização e mercantilização dos bens comuns, como água, biodiversidade;
- a negação do direito humano à cidade e a crescente repressão policial, criminalização dos empobrecidos e expulsão de seus espaços de moradia e trabalho;
- Repudiamos o extermínio das juventudes, em especial negra e empobrecida, promovido por uma violência institucionalizada, constituída pela negação dos direitos fundamentais e repressão policial;
- a violação dos direitos das mulheres, especialmente o direito a uma vida sem violências;
- a omissão do Estado frente à realidade do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, crianças e homossexuais;
- a falta de transparência dos atos do judiciário, o comprometimento dessa instância com os interesses das elites brasileiras e a total ausência de mecanismos de controle social, tendo impacto extremamente negativo sobre as lutas populares e suas justas reivindicações;

Por outro lado, afirmamos ser o Nordeste um território fecundo de lutas e resistências históricas, traduzidas em múltiplas e diversas experiências de alternativas de produção, de propostas de políticas públicas, de articulação e organização popular, de autonomia, de afirmação das identidades e da diversidade cultural dos vários povos e comunidades, cotidianamente ameaçados pelo avanço do grande capital.

Por isso,

- Exigimos a efetivação e ampliação dos direitos, ao mesmo tempo em que nos comprometemos com o controle social das políticas públicas, que deve ser plenamente exercido pela sociedade;
- Afirmamos a necessidade de Reforma Agrária Popular, do reconhecimento e regularização dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, que garanta a plena autonomia de organização e as condições necessárias para quem vive da terra e das águas;
- Afirmamos a agricultura familiar e camponesa, as experiências de produção de base agroecológicas, as formas sustentáveis de produção e utilização dos bens naturais pelos nossos povos como caminho válido e necessário para a soberania e segurança alimentar e nutricional;

CONT.



- Afirmamos o nosso compromisso com a radicalização da democracia e a importância das mobilizações populares como forma de expressar a indignação diante do modelo de desenvolvimento, de participação efetiva nos rumos do país, reconhecendo que, historicamente, os direitos garantidos que temos, só foram possíveis pela organização e mobilização da sociedade civil;
- Afirmamos a necessidade da garantia do direito humano à cidade e de que suas estruturas sejam colocadas a serviço de todos e todas. Que sejam garantidas as condições de mobilidade, moradia, saúde, acessibilidade, trabalho. Sem que sejamos ameaçados e ameaçadas pelas violências física, psicológica, institucional e simbólica.
- Afirmamos a necessidade de construir um controle popular do sistema de justiça, dentro de um processo que visa repensar o Estado, superar a parcialidade do poder judiciário, de maneira a garantir a celeridade e justiça necessárias nos casos que envolvem as lutas dos nossos povos e suas reivindicações;
- Afirmamos a importância das mais diversas experiências locais adequadas ao modo de vida dos nossos povos, de produção, dos ecossistemas e biomas, a partir da perspectiva de convivência e sustentabilidade, em vista da vida com dignidade das atuais e futuras gerações;
- Afirmamos a urgência de garantias para que as juventudes tenham as condições necessárias para desenvolverem suas potencialidades; reconhecemos a importância do protagonismo das juventudes na construção de uma sociedade justa e a necessidade de políticas públicas que reconheçam suas especificidades no campo e na cidade, de gênero, de etnias, de orientação sexual;
- Afirmamos a necessidade de mecanismos que garantam a efetiva participação das mulheres nos espaços de decisão política, a garantia do direito a uma vida sem violência, a implementação efetiva da Lei Maria da Penha e a formação numa perspectiva de igualdade de gênero, com reconhecimento pleno das diferenças, para a realização das mulheres e homens;

Nesta perspectiva, estamos empenhados e empenhadas na desconstrução do colonialismo imposto sobre nós há cinco séculos e rompemos com a presente colonialidade, atualizada em estruturas políticas, sociais, econômicas que se colocam de forma subserviente aos interesses das oligarquias aliadas ao grande capital.

E partindo do processo de afirmação dos nossos valores de raiz, reafirmamos a rica tradição cultural do Bem Viver dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras. Marchamos rumo à construção dessa sociedade do Bem Viver no Nordeste Brasileiro, através da memória das experiências de nossos ancestrais, de lutas concretas cotidianas, comunitárias, solidárias de partilha e de comunhão de todos os seres humanos entre si e com a natureza.

Convento Ipuarana, Lagoa Seca – PB 04 a 06 de abril de 2014



BA – Fazendeiro Jayme Oliveira do Amor é preso sob suspeita no desaparecimento de quilombola

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.04.2014

O fazendeiro Jayme Oliveira do Amor, suspeito de ter participado das ações que resultaram no desaparecimento de um integrante da Comunidade Quilombola Boa Vista do Pixaim, teve mandado de prisão temporária cumprido, por policiais civis, em Salvador.

A operação “Compadre D’Água”, deflagrada pelo Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos – GEMACAU, na manhã da última terça-feira (8), em Muquém do São Francisco, Morpará e Salvador, resultou ainda nas prisões temporárias de Carlos Galdino Serafim, o “Carlão”, e Vonilson Barbosa de Sousa, o “Ninho”.

Os policiais civis, lotados em Salvador, Barreiras, Itabuna e Luís Eduardo Magalhães, também cumpriram quatro mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça de Ibotirama, na Fazenda Pixaim e no Frigorífico Frijoa, ambos pertencentes a Jayme e localizados em Muquém do São Francisco, além de alguns imóveis no município de Morpará.

Nestes locais, foram apreendidas 15 armas de fogo, sendo quatro rifles, calibres 22, 38 e 44, oito espingardas, calibres 12, 32, e algumas de fabricação artesanal, uma pistola calibre 380 e duas carabinas, calibres 38 e 44. Havia também 244 munições intactas, de calibres 12, 22, 28, 32, 38, 44 e 380, bem como 111 estojos de munições deflagradas, de calibres 12, 22, 28, 32, 38 e 44.

Jayme Oliveira do Amor e seus comandados Carlos Galdino e Vonilson, além de outros ainda não localizados, são investigados pelos crimes de formação de bando armado, dano qualificado, constrangimento ilegal, ameaças, sequestro e homicídio qualificado.

A Operação Compadre D’Água foi realizada após investigações solicitadas pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho. O GEMACAU instaurou inquérito policial, que será remetido nos próximos dias.

O Tribunal de Justiça converteu a prisão temporária de Jayme em prisão domiciliar, que se cumpre na Capital. Carlos Galdino e Vonilson continuam presos, na Delegacia Territorial de Baianópolis.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Mesas temáticas do VII FSPA: Definidos os eixos e principais mesas temáticas que farão parte da programação do evento

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.04.2014

VII FSPA no meio do mundo: Os temas para discussão já estão definidos

Fórum Social Pan-Amazônico

Faltando aproximadamente um mês e quinze dias para o grande encontro dos povos da Pan-Amazônia no meio do mundo, durante a realização do VII FSPA, em Macapá/Brasil, os temas das atividades centralizadas já estão quase todos definidos. Definição esta que foi precedida de um período de consulta pública, aberta as organizações e ativistas da Pan-Amazônia.

Uma reunião entre os grupos que compõem o Comitê Organizador local de Macapá, com a participação de representantes do Comitê de Articulação do Conselho Internacional do FSPA, definiu os eixos e principais mesas temáticas que farão parte da programação do evento que se realiza entre os dias 28 e 31 de maio de 2014.

O Eixo denominado "As múltiplas Identidades na Pan-Amazônia" terá as seguintes mesas temáticas: Saberes e lutas de resistência das mulheres negras na Pan-Amazônia; Quais as identidades da Pan-Amazônia?; Resistência na diversidade; e Multiculturalismo urbano e rural na Pan-Amazônia.

O Eixo "Terra, água, cuidados, modelo de desenvolvimento e cultura do bem viver na Pan-Amazônia" terá as seguintes mesas temáticas: O bem viver como crítica radical ao modelo civilizatório dominante – construindo novas relações entre os seres humanos e a natureza; Financiamento ao desenvolvimento: O papel dos bancos no financiamento da apropriação territorial e dos recursos naturais na Pan-Amazônia; e COP 20: como a Pan-Amazônia entra nesse jogo?

O Eixo "Educação popular e movimentos sociais na Pan-Amazônia" terá as seguintes mesas temáticas: A comunicação como direito humano e a criminalização dos Movimentos sociais; Educação Popular e Direitos Humanos; e A guerra das narrativas: O papel da comunicação na resistência aos grandes projetos.

O Eixo "As lutas das mulheres na Pan-Amazônia" terá as seguintes mesas temáticas: Mulheres e Desenvolvimento; Mercantilização das mulheres; História e saberes das mulheres na Pan-Amazônia; e Soberania alimentar e nutricional e agricultura indígena e familiar.

O Eixo "Juventude na Pan-Amazônia" terá as seguintes mesas temáticas: Combate ao Extermínio da juventude; Juventude e meio ambiente; e Fortalecimento das lutas da juventude dos povos originários e tradicionais na Pan-Amazônia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Aproveitamos para agradecer a todos(as) que enviaram propostas ou participaram diretamente na assembleia que definiu os principais temas. Todas as sugestões foram levadas em consideração e avaliamos que, direta e/ou indiretamente, conseguiu-se abranger um amplo leque de questões fundamentais para a discussão pan-amazônica.

Em breve nos encontraremos no meio do mundo para conhecer outras experiências, nas atividades autogestionadas, debater diversos temas, nas atividades centralizadas, e articular ações e planos de lutas que possam ampliar a unidade, a resistência e os caminhos em direção a construção de um outro mundo, livre da opressão e da exploração dos seres humanos e da natureza pelo capital.

A partir de 28 de maio todas(os) ao VII FSPA, em Macapá/Brasil, pois, como afirma a chamada deste fórum "No meio do mundo os povos se encontram".

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Dion Monteiro.

Mulheres do Xingu: Nem rosas, nem bombons. Mãe de dez filhos só queria salvar o pouco que tinha

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.04.2014

Texto e fotos: Larissa Saud, em Xingu Vivo

Todos os dias Zila acordava cedo, fazia o café ralo e separava as bolachas de água e sal entre os dez filhos. Depois pegava o pequeno barco e atravessava até a ilha da frente para esperar o transporte da Prefeitura de Senador José Porfírio, que levava os filhos a escola, localizada na Ilha da Ressaca. Apesar das seis viagens diárias, ela não reclamava. Os filhos estavam estudando. Nos intervalos entre as idas e vindas ela preparava com sal e colocava na brasa o peixe pescado por Oswaldo, seu marido.

A família é a única moradora da Ilha do Murici, que leva esse nome por ser rodeada de árvores que dão nome ao fruto áspero e azedo. A rotina de todos era bastante definida até o final de fevereiro, quando o nível das águas do Xingu subiu, alagou toda a casa e fez Zila, Oswaldo e os filhos passarem por quase duas semanas de desespero na luta para salvar o pouco que tinham.

Eles procuraram vários amigos e conhecidos que poderiam fornecer uma voadeira, mas não tinham 360 reais para os 90 litros de gasolina necessários para resgatá-los. Da horta cheia de pepino, abóbora, quiabo, pimentinha e macaxeira restaram apenas as estacas. "Não podíamos fazer quase nada. Só colocar as camas uma em cima da outra e esperar", conta Zila.



Seu Oswaldo prepara peixes na beira do rio. Foto: Larissa Saud

Ao longo de quase duas semanas, Zila Tavares Kayapó procurou a Funai, a defesa Civil e Norte Energia, pois a ilha está a 30 minutos abaixo do principal canteiro de Belo Monte e será diretamente impactada pela obra. Um funcionário da Norte Energia visitou a família e disse que nada poderia fazer. A pescadora e indígena diz que é normal o rio subir nesta época do ano, mas acredita que a construção da hidrelétrica está desestabilizando o nível do Xingu: "Isso aconteceu devido o barramento lá da Norte Energia. Desde 2009 a gente morava lá e isso nunca tinha acontecido. Os vizinhos das outras ilhas dizem que isso nunca tinha acontecido também e agora quase tudo tá indo para o fundo".

CONT.

A Ilha do Murici começou a alagar desde 27/02, quando foi noticiado que uma ensecadeira do Pimental teria rompido. O assessor da Norte Energia, Anderson Araújo, afirmou que era apenas um boato. "Tudo sobre Belo Monte vira uma coisa gigante, um bafafá".

A família de Zila conseguiu chegar em Altamira apenas na sexta-feira (7), onde passou mais um dia na busca de recursos para levar a pequena mudança, com algumas camas, redes e telhas até Vitória do Xingu. Quando perguntada sobre o que gostaria de ganhar pelo Dia Internacional das Mulheres, Zila marejou os olhos de lágrimas: "Quero apenas chegar em Vitória e sair desse sufoco". Seu pedido foi aceito. Em menos de três horas Zila se encontrava com a família em Vitória do Xingu.



Família de Zila chega em Altamira com o pouco que tem. Foto: Larissa Saud

Assim como Zila, outras tantas mulheres altamirenses irão passar o mês das mulheres com as casas embaixo d'água, na luta para que seus sonhos, levados por Belo Monte, voltem a se realizar.



Latifundiários formam milícias privadas para massacrar índios

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.04.2014

No Mato Grosso do Sul cresce o conflito e latifundiários, juntamente com o sindicato patronal, contratam pistoleiros para massacrar os índios Guarani-Kaiowá e evitar a demarcação da Terra Indígena Iguatemipegua

Causa Operária – No Mato Grosso do Sul os latifundiários estão tomando medidas extremas para massacrar os índios Guarani-Kaiowá, próximo a fronteira com o Paraguai. O latifúndio, com o apoio da justiça e do governo vem formando milícias para impedir a demarcação da Terra Indígena Iguatemipegua I. Estão sendo contratando pistoleiros e empresas de “segurança” para impedir ocupações de terra e intimidar as comunidades indígenas da região.

Seguindo o mesmo caminho na contratação de pistoleiros, o Sindicato Rural da cidade de Iguatemi contratou uma empresa particular para reforçar a segurança em toda área e dar suporte para latifundiários que possuem terras na região.

O proprietário da fazenda Cachoeira, Valdir Grapegia, responsável por diversos ataques contra comunidades indígenas, afirma que está gastando cerca de R\$ 15 mil por mês com “segurança privada”.

São 46 fazendas na região do conflito que estão formando suas milícias e contam com a cobertura dos pistoleiros registrados contratados pelo Sindicato Rural de Iguatemi.

Apoio do governo federal permite ofensiva do latifúndio

A segurança e apoio que os latifundiários estão recebendo dos governos federal e estadual e, conseqüentemente, das polícias é tão grande que os fazendeiros nem escondem a contratação de pistoleiros e formação de suas milícias para combater os índios.

Em 2013, latifundiários organizaram o chamado “leilão da resistência”. O leilão foi realizado pela Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul) e a Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrissul). Na época a Acrissul disse ter arrecadados em doações mais de 800 bovinos, além de animais de pequeno porte e grãos, com uma estimativa de arrecadação de mais R\$ 3 milhões para financiar seus pistoleiros.

A impunidade e o apoio do governo ao latifúndio deixa esse setor a vontade para realizar suas ações e permite uma ofensiva contra o movimento indígena e a demarcação da Terra Indígena Iguatemipegua I e outras que estão sendo reivindicadas no Mato Grosso do Sul.

Autodefesa dos povos indígenas

A ofensiva da direita contra as organizações indígenas vem se aprofundando e atacando



direitos dos povos indígenas conquistados com muita luta. A perseguição, o assassinato e a tortura no campo são parte da vida cotidiana dos indígenas.

Com todos esses ataques do latifúndio, a justiça e as forças de repressão do estado mostram para que servem, deixando impunes latifundiários assassinos e pistoleiros de suas ações para massacrar o movimento indígena.

O apoio dado pelo governo, justiça e polícia permite ao latifúndio tomar as medidas que acharem necessárias. Nesse momento o latifúndio quer fortalecer as milícias privadas para agir de maneira direta contra os indígenas com assassinatos, ameaças e despejos para exterminar os povos indígenas e acabar de vez com a luta pela demarcação das Terras Indígenas.

É preciso ficar claro aos indígenas e suas organizações de todo o país que diante da ofensiva dos latifundiários está colocada na ordem do dia a autodefesa dos povos indígenas. Os indígenas devem se armar para se defender dos ataques dos jagunços contratados pelos latifundiários para promover o massacre de seu povo e de sua família.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Hoje, às 16h, na Cinemateca de Curitiba, exibição do filme "Corumbiara", de Vincent Carelli

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.04.2014



Após o filme, o diretor Vincent Carelli vai bater um papo com os expectadores para contar algumas histórias sobre as suas experiências junto aos povos indígenas do Brasil.



Denúncia feita ao Papa: “Grupos político-econômicos buscam desconstruir os direitos territoriais dos povos indígenas”. Entrevista especial com Dom Erwin Kräutler
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.04.2014

“Denunciei ao Papa que, contrariando o que determina a Constituição Brasileira, o atual governo suspendeu os procedimentos administrativos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas no país”, narra o Bispo do Xingu

IHU On-Line - A maior diocese do Brasil fica no Xingu e soma aproximadamente 800 comunidades, mas tem apenas 27 padres. Fora essa desproporção, a região conta com muitos desafios à defesa dos direitos dos indígenas e, também, ao trabalho da Igreja na Amazônia. Ambos os temas foram tratados no encontro de Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu, com o papa Francisco, no último dia 4 de abril.

“Agradei o privilégio de ser recebido em audiência como bispo do Xingu, que é a maior circunscrição eclesiástica do Brasil em extensão territorial. (...) Como em toda a Amazônia, também no Xingu as comunidades, em sua imensa maioria, só têm acesso à celebração eucarística dominical duas ou três vezes ao ano”, conta Dom Erwin Kräutler, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

“Denunciei que existem hoje grupos político-econômicos ligados ao agronegócio, a mineradoras e empreiteiras, com apoio e participação do governo brasileiro, que buscam desconstruir os direitos territoriais dos povos indígenas e, para conseguir tal objetivo, utilizam sistematicamente instrumentos político-administrativos, judiciais e legislativos”, argumenta Dom Erwin.

“E neste contexto falei dos empreendimentos desenvolvimentistas que causam um verdadeiro caos social e ambiental. Citei como exemplo a hidrelétrica Belo Monte, no Xingu. Todas as apreensões técnicas manifestadas por especialistas não conseguiram convencer o governo brasileiro a desistir desse megaprojeto. Em torno de 40 mil pessoas são diretamente atingidas por Belo Monte e terão que deixar suas casas”, complementa.

Dom Erwin Kräutler é Bispo do Xingu e presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como foi seu encontro com o Papa Francisco? Sobre quais assuntos conversaram? Belo Monte e a situação da população do Xingu foram temas abordados pelo senhor?

Dom Erwin Kräutler - O encontro com o Papa Francisco tinha a ver com minha função de Secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia. O nosso Cardeal Dom Claudio Hummes, que é presidente desta comissão, incentivou-me a solicitar uma audiência particular com o Papa para falar-lhe da minha vida e da experiência na Amazônia e, como testemunha que

CONT.



conhece a Amazônia há meio século, colocá-lo a par de nossas preocupações como Igreja nesta região. Mas sou também Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), já no quarto mandato. E com esta responsabilidade me senti realmente na obrigação de partilhar com o nosso Papa Francisco a realidade em que vivem os povos indígenas no Brasil, seus sofrimentos e angústias.

A audiência estava marcada para as 10 horas do dia 4 de abril de 2014. Eu havia convidado o Padre Paulo Suess, assessor teológico do Cimi e profundo conhecedor da Causa Indígena no Brasil e na América Latina, a acompanhar-me nesta audiência para que o pudesse apresentar ao Papa. Após saudarmos o Papa e as fotos de praxe, o Padre Paulo Suess ofereceu-lhe seu Dicionário de Aparecida – 40 palavras-chave para uma leitura pastoral do Documento de Aparecida (São Paulo: Paulus, 2007) e mais um texto que redigiu sobre as comunidades sem Eucaristia. Aí o Papa falou logo que esperava sugestões concretas, propostas corajosas dos bispos como ele já havia pedido em 27 de julho de 2013, por ocasião de sua visita ao Brasil, na Jornada Mundial da Juventude: “Peço, por favor, para serem corajosos, para terem parrhesia! No jeito ‘portenho’ (de Buenos Aires) de falar, lhes diria para serem ‘corajudos’”.

Comunidades sem Eucaristia

O Papa convidou-me então a sentar. Agradei o privilégio de ser recebido em audiência como bispo do Xingu, que é a maior circunscrição eclesial do Brasil em extensão territorial. Há no Xingu em torno de 800 comunidades e apenas 27 padres. Como em toda a Amazônia, também no Xingu as comunidades, em sua imensa maioria, só têm acesso à celebração eucarística dominical duas ou três vezes ao ano. É muito doloroso para mim, como bispo, conviver com essa realidade. De repente o Papa me perguntou: “O que pensa ou qual a sua proposta neste sentido?”. Jamais esperava que o Papa quisesse ouvir a minha opinião, e disse: “Não tenho uma ‘receita’ pronta, mas precisamos com urgência encontrar uma solução para que o nosso povo deixe de ser excluído da Eucaristia”. O Papa me respondeu então que havia algumas “teses interessantes”, por exemplo, a de um bispo alemão que foi bispo na África do Sul. Trata-se de Dom Fritz Lobinger (*1929), que de 1987 a 2004 foi bispo da Diocese de Aliwal. Seu livro *Altar vazio*. As comunidades podem pedir ordenação de ministros próprios (Aparecida: Editora Santuário, 2010) foi traduzido em várias línguas. Dom Fritz Lobinger sonha com ministros ordenados que pertencem à comunidade e continuam a vida de família e profissional. O papa lembrou ainda uma diocese no México onde, nas muitas etnias indígenas, há centenas de diáconos casados que exercem seu ministério junto ao seu povo e presidem as suas comunidades. Só lhes falta a ordenação sacerdotal para poder presidir também a celebração eucarística. É a diocese de San Cristobal de Las Casas, no estado de Chiapas. Mais uma vez o papa Francisco insistiu que os bispos de determinada região apresentassem propostas bem concretas e corajosas. Disse-me que esperava e aguardava tais propostas dos bispos.

Lembrou o grande José de Anchieta, agora “São José de Anchieta”. Quem sabe, esse santo, que chegou das Ilhas Canárias ao Brasil com menos de 20 anos e nunca mais voltou à sua terra natal, pode fomentar nas dioceses brasileiras com número suficiente de padres o espírito missionário rumo à Amazônia.

Vi os olhos do Papa brilharem quando falou dos missionários e missionárias na Amazônia.

CONT.



Recordou-me que o Cardeal Dom Claudio Hummes havia lhe falado a respeito de tantos bispos e padres, religiosas e religiosos, leigas e leigos engajados na evangelização desta região de extensão continental e expressou a todos seu carinho e sua admiração.

Os Povos Indígenas no Brasil

Passei então à questão dos povos indígenas. Falei do Cimi, da sua presença junto aos povos indígenas e também de seu objetivo de sensibilizar e conscientizar a sociedade majoritária a respeito da dignidade e dos direitos destes povos. Disse que o Cimi contribuiu decisivamente para que os índios tenham reconhecido na Carta Magna do Brasil "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam" (artigo 231 da Constituição Brasileira). Denunciei que existem hoje grupos político-econômicos ligados ao agronegócio, a mineradoras e empreiteiras, com apoio e participação do governo brasileiro, que buscam desconstruir os direitos territoriais dos povos indígenas e, para conseguir tal objetivo, utilizam sistematicamente instrumentos político-administrativos, judiciais e legislativos.

Denunciei ainda que, contrariando o que determina a Constituição Brasileira, o atual governo suspendeu os procedimentos administrativos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas no país. A paralisação das demarcações é uma das principais causas de conflitos de que os povos indígenas são vítimas. Citei alguns exemplos que comprovam a violência contra os povos indígenas. Falei do confinamento dos Guarani-Kaiowá numa área tão diminuta que resulta em mortes, suicídios e sofrimento atroz e permanente. Lembrei também a precária assistência à saúde por parte do Estado Brasileiro, especialmente na Terra Indígena Vale do Javari, no estado do Amazonas; 85% dos indígenas tiveram contato ou estão contaminados por um ou mais vírus da hepatite. Não podia deixar de referir-me também aos aproximadamente 90 grupos de povos indígenas na Amazônia brasileira em situação de isolamento, muitos deles correndo risco de dizimação.

Finalmente recordei o encontro do Papa com indígenas por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, quando um índio lhe colocou um lindo cocar na cabeça e outro índio-pataxó de apenas 14 anos exclamou: "É fantástico que alguém da nossa comunidade teve oportunidade de conhecer o papa. Nós aqui estamos representando todos os índios do Brasil". Vários indígenas da Amazônia disseram, naquele dia, que esperavam a ajuda do Papa na defesa de suas terras ancestrais.

Amazônia e a Ecologia

Com uma outra recordação que fiz ao papa, passamos para a questão da Ecologia. Lembrei-lhe o que havia falado aos bispos do Brasil em seu discurso de 27 de julho de 2013: "Queria convidar todos a refletirem sobre o que Aparecida disse a propósito da Amazônia, incluindo o forte apelo ao respeito e à salvaguarda de toda a criação que Deus confiou ao homem, não para que a explorasse estupidamente, mas para que ela se tornasse um jardim". E neste contexto falei dos empreendimentos desenvolvimentistas que causam um verdadeiro caos social e ambiental. Citei como exemplo a hidrelétrica Belo Monte no Xingu. Todas as apreensões técnicas manifestadas por especialistas não conseguiram convencer o governo

CONT.



brasileiro a desistir desse megaprojeto. Em torno de 40 mil pessoas são diretamente atingidas por Belo Monte e terão que deixar suas casas.

O Papa me disse então que está pensando numa encíclica sobre a ecologia e enfatizou: “também a ecologia humana”. Tem toda a razão. Não podemos separar a família humana do meio ambiente em que vive ou abstrair o meio ambiente dos homens e mulheres responsáveis pela criação de Deus, o lar de toda a humanidade, também das futuras gerações. Insisti dizendo que nesta futura encíclica a Amazônia e os Povos Indígenas não podem ficar ausentes. O Papa me revelou que já havia encarregado o cardeal africano Peter Turkson, presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, a elaborar um esboço. Respondi ao Papa: “Pois é, estive ontem com o Cardeal Turkson por várias horas e um dos assuntos foi exatamente este. Insisti que a Amazônia e os Povos indígenas não faltassem numa futura encíclica sobre ecologia. E o cardeal me pediu que o ajudasse nestes pontos. Aceitei o convite com muita alegria”. O Papa acenou contente e agradeceu minha disponibilidade de colaborar.

O abraço do Povo do Xingu

Finalmente falei ao Papa que o meu povo do Xingu lhe quer muito bem e o abraça carinhosamente: “Devo transmitir-lhe o abraço de milhares e milhares de mulheres e homens”. Aí ele disse que retribuía o abraço e, sorrindo, me encarregou de dar, em nome dele, um abraço a cada uma, a cada um dos irmãos e das irmãs na Prelazia do Xingu.

Já na despedida pediu ao povo do Xingu que rezasse muito por ele. Lembrei-me do momento em que apareceu, pela primeira vez como Papa, na sacada da Basílica de São Pedro e, antes de dar sua primeira bênção, pediu a oração do povo de Roma e do mundo inteiro. Assim também pediu, primeiro, orações para depois enviar sua bênção ao povo do Xingu. Agradei mais uma vez o privilégio de receber-me em audiência e beijei o seu tão simples “Anel de Pescador”. Em seguida, o Papa me acompanhou gentilmente até a porta.

IHU On-Line – Quais suas impressões da conversa com o Papa Francisco?

Dom Erwin Kräutler - O Papa Francisco é muito cordial, fraterno. Seu sorriso não tem nada de postiço. É a vitrine de sua alma e seu coração. Quem se encontra com ele, logo se sente acolhido. Mesmo que no Palácio Apostólico se respire o ar de muitos séculos passados e as tantas salas com tronos e obras de arte que parecem mais um museu, quando entrei na biblioteca e o Papa veio ao meu encontro e com um cordial sorriso me estendeu a mão, percebi que estou “em casa”. Quem cria um ambiente tão afável e acolhedor não são as obras de arte, mas a pessoa do Papa Francisco.

Não sei por que, mas durante a nossa conversa, de repente me veio à mente a figura de Moisés que tirou o povo da casa da escravidão para levá-lo à Terra Prometida. Teve de suportar lancinantes decepções, incompreensão, maledicência aberta e velada, até a revolta do povo a ponto de querer retornar à terra de que Deus o tirou “com mão forte e braço estendido” (Dt 4,34; 26,8). Mas Moisés, em meio a todas as frustrações, deixou-se conduzir pelo Senhor, foi em frente, passo a passo. E por quê? Uma profunda mística o alimentou e manteve firme, também em horas de trevas mais espessas. Nunca esqueceu o que Deus lhe falou na alvorada



do Êxodo: "Eu estarei contigo" (Ex 3,12). "O Senhor o conhecia face a face" (Dt 34,10) é o derradeiro comentário sobre Moisés no Livro do Deuteronômio. Penso que o Papa vive uma mística semelhante. Sabe que Deus está com ele e essa certeza da presença de Deus em sua vida é o segredo de seu sorriso cativante.

IHU On-Line – Como o senhor descreveria a reação das pessoas, em geral, e da Igreja, em particular, na Europa, e, especialmente, na Áustria, do pontificado de Francisco?

Dom Erwin Kräutler - Vivo há quase 50 anos no Xingu e por isso não me atrevo a fazer análises a respeito das Igrejas na Europa, nem sequer na Áustria, onde nasci. Deixo isso com os pastoralistas de lá. Mas pelos meus contatos com padres e bispos e pessoas mais engajadas, percebo que há um profundo sentimento de gratidão a Deus e uma incontida alegria por termos esse papa. Não se espera dele que de hoje para amanhã consiga fazer as reformas, há tempo necessárias, mas há uma imensa esperança de que o Papa Francisco dê uma guinada em nossa Igreja.

Alguns são impacientes e querem que o Papa tome decisões "já" em relação às na Europa chamadas "Heisse Eisen" (questões escaldantes), como as normas para admissão ao sacerdócio, o celibato, o papel da mulher na Igreja, o processo para escolha de bispos, a comunhão para casados em segundas núpcias.

Existem também pessoas que, ao que parece, insistem em continuar nos tempos do Concílio de Trento (1545-1563). Não aceitam o modo simples, humilde, acolhedor do papa e, pior, questionam até a sua teologia, seus apelos à misericórdia e duvidam de sua ortodoxia arvorando-se em defensores da fé católica. Graças a Deus é uma minoria numericamente insignificante, mas é gente fanática, intransigente, birrenta que dá dó.

IHU On-Line – Quais são as expectativas quanto ao Sínodo Extraordinário para a Família na Europa? E no Brasil?

Dom Erwin Kräutler - As expectativas são enormes, especialmente depois da pesquisa realizada pela Santa Sé no mundo inteiro. O Sínodo Extraordinário terá uma tarefa homérica a cumprir e as discussões sinodais, sem dúvida, serão acaloradas, o que não deixa de ser positivo quando se buscam respostas aos anseios de milhões e milhões de famílias que aguardam deste Sínodo linhas, diretrizes, orientações.

O discurso proferido pelo cardeal Walter Kasper no Consistório dos Cardeais, em 20 de fevereiro de 2014, pode ser um excelente ponto de partida para as discussões na ala sinodal, especialmente numa questão muito candente como o acesso à comunhão eucarística de divorciados em segundas núpcias. Walter Kasper lembra, em seu discurso, o que o Papa Francisco falou em 24 de janeiro de 2014 aos oficiais do Tribunal da Rota Romana (a instância superior de apelação na Sé Apostólica). O papa afirma que "a pastoral e a misericórdia não se contrapõem à justiça, mas, por assim dizer, são a justiça suprema, porque por trás de cada causa elas avistam não só um caso a ser examinado na ótica de uma norma geral, mas sim uma pessoa humana que, como tal, nunca pode tornar-se um mero caso e sempre tem uma dignidade única".



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Espero que haja realmente diálogo. No Sínodo para a América em que participei, em 1997, como delegado da CNBB, não havia suficiente espaço para trocar ideias, discutir pontos de vista. Faço votos de que finalmente se crie um organograma e fluxograma favoráveis ao diálogo.

E espero ainda que neste sínodo não sejam apenas os padres sinodais, cardeais e bispos que tenham voz, mas que casais e famílias sejam convidados e ouvidos, inclusive pessoas cujo matrimônio fracassou e pedem compaixão e misericórdia para sua situação dolorosa e muitas vezes irreversível.



Ribeirinhos da Amazônia apostam na pesca sustentável e no manejo florestal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.04.2014

Pedro Peduzzi – Enviado Especial Agência Brasil

Não basta dar o peixe ou a vara. Também não basta ensinar a pescar. Um dos grandes desafios pelos quais passam diversas comunidades ribeirinhas da Amazônia tem sido o de pescar de forma sustentável. E, assim, evitar que a fartura de um ano resulte em escassez de pescado no ano seguinte. O princípio pode ser aplicado a várias outras atividades típicas desenvolvidas pelos ribeirinhos da Amazônia. Entre elas, o manejo florestal – utilização racional e ambientalmente adequada dos recursos da floresta.

“Para que qualquer atividade seja considerada sustentável, ela precisa ser ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa”, resume o técnico florestal do Instituto Mamirauá, Ronaldo Carneiro.

É seguindo esse princípio que o instituto tem ajudado comunidades amazonenses da Reserva Mamirauá, localizada a 600 km a oeste de Manaus, região do curso médio do Rio Solimões. Com 1,124 milhão de hectares, essa é a primeira reserva de desenvolvimento sustentável do país.

O Instituto Mamirauá é uma organização social fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que atua, também, como unidade de pesquisa.

>> Veja galeria de fotos <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/foto/2014-04/desenvolvimento-sustentavel-e-desafio-para-ribeirinhos>

Uma das principais fontes de renda das comunidades da reserva é a pesca sustentável do Pirarucu. A cada ano, são dois meses de atividade e dez meses de vigilância contra a pesca irregular na região. Para evitar problemas, algumas regras têm de ser seguidas. Uma delas é a contagem de peixes adultos, quando boiam na superfície – feita por contadores capacitados e certificados pelo instituto, antes do início da temporada de pesca.

“Já tivemos baixas significativas da população de peixes em decorrência de o contador ter falseado dados. No ano seguinte, com a queda no número de pescado, a comunidade sentiu na pele o problema”, disse à Agência Brasil Francilvânia Martins de Oliveira, 24 anos. Segundo a ribeirinha, que tem vários pescadores na família, a venda de peixes é o que mais movimenta a economia da comunidade Boca do Mamirauá.

Para ter sucesso nessa e em outras empreitadas, o instituto já promoveu mais de 120 cursos de capacitação nas comunidades da região, bem como ações nas áreas de agricultura, abastecimento de água, gestão comunitária, turismo, manejo florestal e pesca.

CONT.



Responsável por estudos de mercado que identificam a viabilidade no manejo florestal, o economista Leonardo Apel, integrante do Grupo de Pesquisa e Organização Social, diz que a técnica aplicada "é eficiente e promove a regeneração de espécies no local". O manejo é uma atividade econômica oposta ao desmatamento, pois não há remoção total da floresta e, mesmo após o uso, o local manterá sua estrutura florestal.

O pesquisador explica que a técnica de manejo desenvolvida pelo instituto e aplicada nas comunidades tem mais de 40 anos. "Ela era adotada em empresas e agora está sendo direcionada ao manejo comunitário. A diferença entre as aplicações está ligada à capacidade de planejamento. No caso da extração feita pela comunidade, ela não é tão voltada para o mercado. É de pequena escala, visando à subsistência e, só em alguns casos, à venda."

Segundo Apel, a madeira extraída de forma legal atinge preços de mercado "muito mais interessantes" do que a obtida ilegalmente. "A ilegal não tem viabilidade econômica porque o risco de apreensão faz seu preço de mercado cair vertiginosamente. Quem faz isso acaba tendo de pagar para trabalhar", disse. "Por isso, acredito que o manejo de madeira seja a melhor alternativa não só para a Amazônia, mas para o mundo todo", acrescentou.

O princípio do manejo é simples: não se pode derrubar em quantidade maior do que a capacidade de recuperação da floresta – em geral, até três espécies por hectare na região. Responsável por capacitar as comunidades para o manejo, o técnico florestal Elinei Castro responde, atualmente, pelo levantamento de estoques e pelo inventário da Comunidade São Francisco, uma das áreas visitadas pela Agência Brasil.

"As árvores com pelo menos 1,2 metro de diâmetro já foram marcadas", disse. "Nessa área aqui, de 17 hectares, foram marcadas e autorizadas [a extração de] 46 delas, mas as regras permitiriam a derrubada de até 51 árvores. Em toda a região, há 60 hectares, dos quais podem ser extraídas 180 árvores em um ciclo de 25 anos, que é o tempo que leva para elas atingirem a fase adulta", explicou.

Segundo o líder eleito pela comunidade de São Francisco, Raimundo Ribeiro da Silva, com o manejo é possível chegar a uma renda média de R\$ 300 por mês para cada família. "Mas o dinheiro só vai para quem trabalha", acrescentou Elinei, enquanto acompanhava o corte de uma assacu – árvore de grande resistência e durabilidade na água, muito usada na estrutura de casas flutuantes – com três metros de diâmetro na base.

Sócio da comunidade nas atividades de manejo desde 2001, Erinaldo Chagas, 32 anos, diz ter um "sentimento controverso" ao derrubar árvores. "A gente sente tristeza. Mas também sente alegria, porque a madeira beneficia a gente e dá o que comer para nossas famílias. Além disso, quando se tira uma árvore de grande porte, nós damos condições para que outras árvores surjam, com a entrada da luz que até então estava bloqueada", destacou.

Por onze dias, no mês de fevereiro, a equipe de reportagem da Agência Brasil viajou pela Amazônia para conhecer o dia a dia dessas comunidades. A vida dos ribeirinhos também será destaque no programa Caminhos da Reportagem, que será exibido pela TV Brasil na próxima quinta-feira (17), às 22h.

CONT.



Por onze dias, a **Agência Brasil** percorreu os rios Amazonas, Negro e Solimões para fazer um retrato da vida das comunidades ribeirinhas do Norte do país. Nesses locais, a reportagem viu o contraste entre a riqueza natural e as condições precárias de vida dessa população. Apesar disso, bons exemplos de iniciativas sustentáveis e de formação de lideranças mostram que essas comunidades estão cada vez mais organizadas e têm muito a ensinar

LOCALIZAÇÃO

.01
Reserva Mamirauá
Com 1,124 milhão de hectare, é a primeira reserva de desenvolvimento sustentável do país

.02
Pousada Uacari
Localizada a 600km de Manaus, é um "laboratório" para atividades de ecoturismo administrado pelos próprios ribeirinhos

.03
Tefê
Município localizado a 523km de Manaus, tem 61,4 mil habitantes

.04
Manaus
Capital do estado, situada no encontro dos rios Negro e Solimões, tem 1,8 milhão de habitantes

JORNADA

A equipe da **Agência Brasil** saiu de Brasília com destino a Manaus no dia 5 de fevereiro de 2014. Na manhã seguinte, repórter e fotógrafo deixaram a capital amazonense de avião em direção ao município de Tefê e à Reserva Mamirauá.

Para chegar às comunidades localizadas na reserva, a reportagem teve de fazer percursos de até três horas em lancha voadeira e desbravar, a pé, matas fechadas em trilhas que duravam horas.

A **Agência Brasil** viajou também a bordo do Navio de Assistência Hospitalar Carlos Chagas, uma das quatro embarcações da Marinha destinadas a prestar serviços médicos a populações ribeirinhas. A bordo do navio, a reportagem subiu o Rio Negro até desembarcar na comunidade de Santa Maria.

Para conhecer as comunidades de Nossa Senhora de Fátima, São João Batista, São Raimundo, São Francisco do Mainá e Nossa Senhora da Aparecida (Lago do Catalão), localizadas nos arredores da capital amazonense, a equipe fez jornadas que, somadas, totalizaram mais de dez horas em lancha rápida.

De Manaus, a equipe retornou a Brasília no dia 15 de fevereiro.

- 01 - Brasília
- 02 - Manaus
- 03 - Tefê
- 04 - Reserva Mamirauá
- 05 - Manaus
- 06 - Comunidades/Oeste
- 07 - Comunidades/Leste
- 08 - Manaus
- 09 - Brasília

EXPEDIENTE
Textos: Pedro Peduzzi, Edição: Lillian Beraldo, Arte: Dinho Rodrigues

'Vivemos talvez o período mais dramático da história indígena', diz representante do MPF

SÍTIO ECODEBATE, 15.04.2014



Sessão de pré-estreia do documentário "Índio Cidadão?" foi marcada por críticas a violações de direitos

Para a subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (populações indígenas e comunidades tradicionais), Deborah Duprat, o momento atual é "o período mais dramático da história indígena", marcado por "um grupo que promove o discurso do ódio". O diretor do documentário, Rodrigo Siqueira, questiona: "Quanto tempo mais esse país vai negar sua identidade indígena?". Ambos participaram, na tarde desta segunda-feira, 14 de abril, de debate que se seguiu à sessão de pré-estreia do documentário "Índio Cidadão?".

Produzido pela 7G Documenta, o filme resgata a história da campanha popular promovida por povos indígenas na Constituinte, entre 1987 e 1988, e documenta a atuação recente do movimento indígena em defesa de seus direitos constitucionais, ameaçados, por exemplo, pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 e pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 227. Em 2013, grandes mobilizações foram promovidas em Brasília pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

TRAILER OFICIAL – ÍNDIO CIDADÃO? (2014)

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=t-GUcjbEAJA

CONT.



A PEC 215 propõe que a demarcação de terras indígenas não seja mais exclusividade do Executivo e passe a aprovação de novas demarcações e a revisão daquelas já homologadas para o Legislativo. Já o PLP 227 define áreas que não poderiam ser demarcadas por se tratarem de “bens de relevante interesse público da União”, como terras de fronteira, perímetros rurais e urbanos de municípios e áreas produtivas.

Além de Duprat e Siqueira, compuseram a mesa o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida, que tem atuação destacada na temática no Mato Grosso do Sul, estado marcado por conflitos entre indígenas e não indígenas; a indígena Valdelice Veron, filha do cacique guarani kaiowá Marcos Veron, assassinado no município de Juti (MS) em janeiro de 2003; os também indígenas Ailton Krenak e Álvaro Tukano; e a deputada federal Erika Kokay.

Confira algumas de suas principais falas:

Marco Antonio Delfino relata situação indígena em MS: “Quadro de violação dos direitos humanos gravíssimo”

Erika Kokay: “Em uma sociedade pautada pelo consumo, os indígenas lutam (contra o poder econômico) pelo direito de ser”

Erika Kokay: “Nossa constituição está sendo ameaçada” (...) “quando parlamentares apresentam uma PEC como a 215”

Álvaro Tukano: “Este filme deve ser exibido nas escolas públicas e privadas, nas universidades”

Álvaro Tukano: “O Congresso brasileiro não pode continuar decidindo sem a presença de indígenas”

Ailton Krenak: “Desafio que o Estado não seja omissos nos casos de violência contra crianças e mulheres indígenas”

Ailton Krenak: “Parece que a fala do povo indígena não encontra audiência nas instituições do Estado brasileiro”

Valdelice Veron: “Queria pedir pra vocês fazer o papel falar” (que valham as demarcações)

Fonte: PGR



Mostra Cultural Indígena valoriza manifestações das etnias da região de Dourados
SÍTIO DIÁRIO MS, 15.04.2014

A UFGD realiza nos dias 29 e 30 de abril a Mostra Cultural Indígena, iniciativa que vai trazer à Universidade manifestações indígenas como cantos e danças, além de apresentar filmes, mesas de discussão, oficina e artesanato.

A Mostra Cultural Indígena é um dos projetos parciais resultantes do projeto de extensão universitária "Arte e Cultura Indígena", que vem sendo desenvolvido desde 2012 pela UFGD e atende moradores das aldeias Tekoha, Mbororó, Jaguapiru e Panambizinho e dos acampamentos vizinhos (Tekoharã) ao município de Dourados, que compreendem as etnias Kaiowá, Nandeva (autodenominados Guarani) e Terena, sendo que estas comunidades agregam mais de 14 mil indígenas.

O objetivo central do projeto é criar espaços de visibilidade para o modo de viver das comunidades indígenas do entorno da cidade com ações que pretendem apresentar a diferença, criando um ambiente público no qual a autoestima indígena seja trabalhada, valorizada e mostrada à sociedade envolvente, ao mesmo tempo em que empodera culturalmente os povos envolvidos.

SUBPROJETOS

A programação será composta por manifestações culturais desenvolvidas em vários subprojetos englobados pelo projeto "Arte e Cultura Indígena". Haverá apresentação de canto e dança pelos grupos "Cantos e Danças Guarani e Kaiowá" e "Arte e Cultura Terena", de filmes produzidos pelo subprojeto "Oficina de Audiovisual" e mesas de discussão organizadas pelo grupo "Dicionário Temático", além de debate sobre a realização desses filmes.

Encerrando a Mostra, o grupo MANDI'O fará a apresentação do espetáculo "Ara pyahu: des/caminhos do contar-se", na Caixa Preta do Núcleo de Artes Cênicas da UFGD. As outras atividades serão realizadas no auditório central da Unidade 2.

Mais informações podem ser obtidas na PROEX pelos telefones (67) 3410-2870 e 3410-2868. (Assessoria)



Evento de comemoração ao Dia do Índio tem proposta para tornar a Licenciatura Indígena um curso permanente do CPAQ

SÍTIO PANTANAL NEWS, 15.04.2014

Celebração ao Dia do Índio e lançamento da proposta de Licenciatura Indígena como curso permanente do CPAQ/UFMS

DATA: 16 DE ABRIL DE 2014

HORÁRIO: 19:00 HORAS

LOCAL: ANFITEATRO DA UFMS – UNIDADE I

PROGRAMAÇÃO:

- ABERTURA;
- BENÇÃO – JADER JORGE DE OLIVEIRA (TERENA);
- HINO DE MATO GROSSO DO SUL (Cantado pela indígena Suely, da Aldeia Lagoinha);
- APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES INDÍGENAS DO CPAQ/UFMS;
- HOMENAGEM AO PROF. GENÉSIO FARIAS – ALDEIA ARGOLA
- DISCURSOS DE AUTORIDADES;
- PALESTRA COM O PROF. Dr. ROGERIO FERREIRA DA SILVA (TERENA) – UEMS;
- CANTO DE JOVENS TERENA DA ALDEIA BURITI;
- DANÇA TERENA – FEMININO;
- DANÇA TERENA – MASCULINO;
- DANÇA KADIWEU.
- ENCERRAMENTO



Bang, Bang, Pow, Pow – Faroeste e futebol em terra Guarani Kaiowá
SÍTIO CIMI, 15.04.2014

Bruno Moraes

Assessor Jurídico do Cimi

Era a tarde do domingo de carnaval e do outro lado da linha estava Lide Solano Lopes, cacique do acampamento Pyelito Kue. No dia 12 de fevereiro, cerca de 250 indígenas Kaiowá e Guarani haviam retomado a Fazenda Cambará, propriedade de Osmar Bonamigo, e levantaram barracos ao redor da casa que servia sede. Ao fundo da ligação, se escutava o tiroteio.

Entre a cerca e a estrada

Para se chegar ao Pyelito Kue vindo do município de Amambai é preciso entrar a esquerda em um acesso de terra na rodovia MS-386, logo antes da cidade de Iguatemi. Vinte quilômetros adiante se avista um amontoado de barracos de lona e estacas de madeira, espremidos entre uma cerca e uma estrada vicinal – ao final do ano de 2012, Polícia Federal e Funai acompanharam os funcionários da fazenda que assentaram os postes e passaram os arames, cumprindo a ordem judicial que reservava um hectare de terra para permanência dos indígenas enquanto se concluiu o processo de demarcação. Até a retomada da Fazenda Cambará, era esta a sina das famílias do Pyelito: sempre entre a cerca e a estrada.

No crioulo entre português, castelhano e guarani falada na região, Pyelito Kue significa algo como “lugar onde ficava o pequeno povoado” e faz referência a uma área reivindicada como de ocupação tradicional Guarani-Kaiowá às margens do rio Hovy, no município de Iguatemi (MS), quase fronteira com o Paraguai. Expulsos pelos colonos entre as décadas de 1940 e 60, os indígenas desse “pequeno povoado” foram levadas forçosamente para as reservas indígenas de Sassoró, Limão Verde, Amambai e Taquapiry, criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio para receber os que iam sendo despejados no processo de “liberação de terras” para a ocupação da região.

Sem área para plantar, espremidos entre 3 mil pessoas em menos de 2 mil hectares em Sassoró, e compondo as maiores estatísticas de homicídio e suicídio por habitante do país, as famílias do Pyelito decidiram encarar o êxodo em busca da demarcação de suas terras. De 2003 a 2009, as retomadas da área - hoje sobreposta por 46 fazendas, quase todas dedicadas à criação de gado - tiveram um desfecho trágico. Uma e outra vez os guarani foram expulsos por ataques de pistoleiros, a mando dos fazendeiros da região.

Escutar o testemunho desses ataques é um pouco reviver as investidas das tropas brasileiras sobre os povoados paraguaios daquela mesma fronteira, na guerra do século XIX. Homens bêbados invadindo o acampamento de madrugada sob uma saraivada de tiros, derrubando os barracos, violentando as mulheres, sequestrando crianças, incendiando roupas, cobertas, tudo.

CONT.



Sobrevive quem foge para o mato. Só dali uma semana é possível voltar à área e contabilizar os prejuízos – entre mortos e desaparecidos, nunca se tem certeza de quanta gente foi assassinada assim.

Adelio Rodrigues, um senhor de 48 anos que liderava um grupo de famílias que reivindicam uma área contígua ao Pyelito Kue chamada Mbarakay, foi espancado em um desses ataques em julho de 2011. Àquele tempo, a comunidade havia deixado as fazendas para acampar às margens da rodovia estadual justamente na esperança de que a facilidade de acesso da Funai e da Polícia Federal os poupasse de novos episódios de violência. Após esse atentado é que Adelio Rodrigues e Lide Solano Lopes resolveram reocupar novamente o território do Pyelito Kue e Mbarakay, por uma última e definitiva vez.

Logo depois da nova ocupação, Adelio faleceu em decorrência das sequelas do ataque.

Eu também sou Guarani-Kaiowá

Em nove de agosto de 2011, os indígenas do Pyelito Kue e Mbarakay levantam acampamento em uma área de reserva legal entre as Fazendas Cambará e Santa Rita. Mesmo a atenção do Ministério Público Federal (MPF) e da Funai não poupou três investidas de pistoleiros por sobre o acampamento. Os indígenas se mudaram de local, a comunidade ficou escondida e isolada no meio do mato. Com o cerco na estrada vicinal, o único acesso ao acampamento era cruzando o rio a nado a partir da Aldeia de Sassoró, e dali cortar a pé e no escuro as fazendas até o local dos barracos.

Em novembro, os fazendeiros chegaram a bloquear o acesso de uma comitiva com representantes da Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Especial de Direitos Humanos. Sem nenhuma timidez frente aos soldados da Força Nacional, e munidos eles mesmos de câmeras, diziam em alto e bom som: “Vamos queimar esses ônibus com índios! Índios vagabundos! Ficam invadindo fazendas!” – um dos homens era o Presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Marcio Morgatto. A pedido dele, o então prefeito da cidade, José Roberto Arcoverde (PSDB), apareceu no local. Sua família é proprietária da Fazenda Santa Rita.

Os desdobramentos jurídicos do episódio? Para além da denúncia feita pelo Conselho Indigenista Missionário, nada. Nenhuma investigação policial apurou o crime de ameaça. Nenhuma medida foi tomada por parte do Governo Federal para a segurança dos indígenas na região. Nenhuma medida para garantir a permanência da comunidade no território reivindicado. Dali a um ano, em novembro de 2012, a Justiça Federal de Naviraí expediria liminar ordenando a saída imediata dos indígenas das terras da fazenda Cambará.

A ordem foi respondida com uma carta da comunidade em que se anunciava, em desespero, a decisão de resistir. Pinçando inteligentemente uma frase que captava o drama da situação, a jornalista Eliane Brum publicou na Revista Época uma coluna intitulada “‘Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui’”¹, em que se conjugavam estatísticas de suicídio com a expressão ‘morte coletiva’.

CONT.



'Morte coletiva' foi repetida cinco vezes no artigo, e infinitamente nas redes sociais. O resultado foi uma certa histeria.

Rapidamente 'morte coletiva' virou 'suicídio coletivo'. Em homenagem aos Guarani-Kaiowá, pessoas trocaram seu sobrenome no facebook e compartilharam fotos de indígenas enforcados – estranha maneira de demonstrar solidariedade. Mais de 50 manifestações foram organizadas em diversas cidades do Brasil e do mundo, e surgiram "comitês" e "brigadas" de apoio à resistência indígena. "Eu também sou Guarani-Kaiowá", dizia a consígnia de inspiração neo-zapatista, que chegou ao gosto de militantes socioambientalistas e de partidos de esquerda das capitais. Em São Paulo, uma marcha na av. Paulista reuniu cerca de mil pessoas.

"Suicídio coletivo? Não!", Lide Solano Lopes aparece em um vídeo desmentindo os boatos em torno de sua comunidade, "Não nos entregaremos assim tão fácil!". Os Guarani e Kaiowá de Pyelito vieram a público explicar o mal entendido em cima das suas declarações, mas a esse ponto a própria Ministra Maria do Rosário já havia se manifestado pela necessidade de intervenção na reintegração do Pyelito Kue. A reintegração foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que autorizou aos indígenas a permanência em um hectare da Fazenda Cambará até a conclusão dos processos demarcatórios. O "devir Guarani-Kaiowá" parece ter tido um efeito positivo: parafraseando o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, éramos todos índios, exceto quem não era.

Mas em um país onde todo mundo é índio de direito, ninguém pode ser índio de fato.

Um hectare para o Pyelito

Lide me mostrou o estado dos barracos, as lonas estavam furadas e rasgadas. Janeiro é período de chuva no Mato Grosso do Sul, e eu só pude imaginar como seria dormir debaixo daquele teto em uma noite de tempestade de verão. Quase um ano e meio depois da histeria em torno da carta da comunidade, a vida não havia mudado muito para as 20 famílias indígenas do Pyelito Kue. Sob as árvores de uma capoeira baixa, o Pyelito seguia a sina entre a estrada vicinal e a cerca assentada pelo proprietário da Fazenda Cambará, sob os auspícios da justiça. A maior reclamação era a falta de escola para as crianças, o que é só uma derivada da reclamação por falta de terra: como ter uma escola onde não há espaço pra se levantar nem mais um barraco?

Apenas uma terra indígena Kaiowá e Guarani foi demarcada desde a promulgação da nova Constituição, em 1988: a Terra Indígena Panambi, demarcada em entre os municípios de Japorã e Douradina. Os 1.240 hectares da aldeia, demarcados em 2004, estão sobre o que antes era uma colônia agrícola dedicada quase que exclusivamente ao cultivo de soja e cana-de-açúcar. Pelo atraso nas demarcações, que deveriam ter sido concluídas até 1993, o Ministério Público Federal firmou em 2007 um Compromisso de Ajustamento de Conduta com a Funai concedendo prazo até janeiro de 2011 para a conclusão dos estudos de identificação e delimitação das terras indígenas guarani no Estado.

Ambos, Pyelito Kue e Mbarakay, fariam parte do Grupo de Trabalho (GT) do Iguatemipegua I, sob responsabilidade da antropóloga Alexandra Barbosa da Silva. O GT foi instaurado em 2008,
CONT.



mas os trabalhos só foram encaminhados em 2010. Dentre todos os relatórios técnicos de identificação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul, apenas o de Pyelito Kue e Mbarakay foram publicados até agora. O prazo para contestação já se esgotou, e o encaminhamento da demarcação depende unicamente da assinatura do Ministro da Justiça e da homologação pela Presidência da República.

Na portaria publicada em janeiro de 2013, a área identificada como Pyelito Kue e Mbarakay soma 41.571 hectares – desses, um único hectare estava efetivamente ocupado pelos índios à época da publicação, conforme autorizava a Justiça e garantia a cerca fincada pelo fazendeiro. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o que é mais ou menos a área de um campo de futebol.

Em novembro do ano passado, uma nova carta já predizia um novo conflito: “Nós queremos que eles [governo brasileiro] cumpram a sua palavra. Eles falam que vão fazer. Nós já ficamos esperando”, dizia a carta, “E eles não estão cumprindo, não estão chegando e não vem para demarcar a nossa terra”. Quando visitei o Pyelito em janeiro de 2014, as crianças brincavam sob os galhos dos arbustos em que estava metida a comunidade. Uma pequena estrutura de ogapysy – a casa de reza tradicional em que os guarani realizam seus ritos – estava sendo construída em uma área aberta, mas faltavam o sapé e a madeira necessária para finalizá-la. As mulheres reclamavam que não era possível plantar naquela terra, que não havia água suficiente. O funcionário da Coordenação Técnica Local da Funai confessou que lhe faltavam recursos para garantir a segurança dos índios, e os jornais locais circulavam a informação de que empresas de segurança privada haviam sido contratadas pelas fazendas da região.

Lide me chamou de lado, pediu que eu visitasse uma família cuja criança estava doente. O menino tinha cerca de dois anos e estava prostrado, com a barriga inchada. A cena me impressionou bastante. Dali a dois dias, recebi a notícia de que a criança havia morrido.

Um hectare é mais ou menos um campo de futebol

Na segunda semana de fevereiro de 2014, a comunidade retomou a totalidade da fazenda Cambará. Os cerca de mil hectares da propriedade estão todos sobrepostos à área identificada pela Funai como de ocupação tradicional indígena. O funcionário que residia na sede não foi agredido, nos dias que se seguiram os próprios índios auxiliaram a retirada de todo o gado criado na fazenda. Apesar do clima de tensão e de episódios de ameaça, a situação estava relativamente sob controle: Osmar Bonamigo, o proprietário, chegou a declarar aos índios e à Funai que abandonaria a área.

As fazendas vizinhas, no entanto, reforçaram a segurança. A imprensa local noticiou que o Sindicato Rural de Iguatemi estava investindo 15 mil reais ao mês em segurança privada na região a fim de evitar “novas invasões”. Os indígenas, de sua parte, declararam que aguardariam nos um mil hectares da fazenda Cambará novo posicionamento do Governo e da Justiça, mas dão notícia que homens armados e de moto circundam a área da retomada duas vezes ao dia.

Por volta das 15h do dia dois de março, três desses homens e uma mulher posicionados na

CONT.



estrada em frente à porteira da fazenda abriram fogo contra os indígenas. As crianças, que brincavam no pátio da casa que servia de sede à fazenda, se esconderam atrás das árvores e de uma mureta de concreto. Um tiro acertou a porta, poucos centímetros de onde estava sentada uma senhora de idade. Uma bala ricocheteou no assoalho de madeira da casa e feriu uma árvore. Quem estava dentro dos barracos protegeu-se no chão. Alguns homens, armados com arco-e-flecha e facões, se aproximaram agachados da cerca, e as pessoas que estavam fazendo os disparos fugiram.

"Nossa comunidade é pouca gente, mas é corajosa!", me disse Marcio Solano Lopes, filho do cacique Lide, "Se acertarem nossa família, a gente vai ter com eles na fazenda". Ao todo, o tiroteio deixou nove marcas de bala nas paredes, árvores e barracos da comunidade. Lide fez questão que eu fotografasse uma a uma – "Como a gente vai reagir, sem arma?", perguntou.

Essa é uma pergunta sem resposta. Como o Pyelito reagiu até hoje, sem arma?

No domingo de carnaval, quando escutei o tiroteio pelo telefone, notifiquei pessoalmente a Polícia Federal. Sem resposta. Tentei notificar o Ministério Público Federal, mas os Procuradores não estavam na cidade. Tentei notificar a Funai, mas o que eles poderiam fazer? Notificar, novamente, a Polícia Federal?

A Funai na região não está em uma situação melhor do que as dos índios. A sede da Coordenação Técnica Local de Iguatemi foi invadida poucos dias antes do tiroteio. Destruíram computadores, roubaram documentos, e tentaram levar a caminhonete da entidade – o que só não foi possível porque um caminhão parado na porta impediu a passagem do veículo. O coordenador local solicitou ao MPF sua inserção no Programa de Proteção da Secretaria de Direitos Humanos Presidência da República (SDH), em que já estão inscritas mais de 20 lideranças indígenas no Mato Grosso do Sul.

Apesar disso, não creio que tenha sido designada alguma escolta. No domingo de carnaval, quando escutei o tiroteio pelo telefone, chamei o plantão da SDH e pedi que eles acionassem o efetivo da Força Nacional. Fui informado, prestativamente, de que "infelizmente a SDH não tem comando da Força, que obedece diretamente o Ministério da Justiça". No mais, a portaria que autoriza o efetivo a atuar nos conflitos fundiários envolvendo indígenas no

Estado está vencida desde o ano passado, e o Ministro José Eduardo Cardozo ainda não promoveu sua renovação.

Caminhando pelos limites da retomada, a pergunta de Lide me ecoava: como o Pyelito reagiu até hoje, sem arma?

A poucos centímetros do chão, em meio ao capim do pasto, notei que brotavam ramos de mandioca recém-plantadas. Imaginei o quão difícil deve ser roçar uma terra assim, coberta há tantos anos com pasto. Mais adiante, dez garotos jogavam bola em um campo improvisado.

Não havia espaço pra futebol, quando eles ocupavam um só hectare.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

1. "Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui", coluna de Eliane Brum. Revista Época, 22 de outubro de 2012, disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/decretem-nossa-extincao-e-nos-enterrem-aqui.html>, último acesso em 11 de abril de 2013.



Voluntários do Programa UEA Cidadã realizam visita a comunidade indígena

SÍTIO UEA, 15.04.2014

Os voluntários do programa UEA Cidadã realizaram, no último domingo (13), a entrega de média de 300 quilos de alimentos na comunidade indígena Sateré/ Ticuna, Inham-Bé, no bairro Tarumã, em Manaus.

A comunidade conta com 80 famílias. As ações realizadas foram alusivas ao Dia do Índio, comemorado no dia 19 de abril. No próximo sábado (19), os alunos do projeto também foram convidados para realizar ações de saúde no local.

A ação do último domingo contou com a participação de alunos do Programa UEA Cidadã que fazem parte do Programa de Educação pelo trabalho para Saúde - PET Saúde Indígena do Ministério da Saúde (MS).



Jogos Mundiais Indígenas colocam prefeito Amastha e Kátia Abreu lado a lado
SÍTIO PORTAL LJ, 15.04.2014

Senadora garantiu que intercederá para que Palmas receba o evento esportivo

Audiência realizada na tarde desta segunda-feira, 14, em prol da realização dos Jogos Mundiais Indígenas em Palmas, colocou lado a lado os dois arquiinimigos prefeito da Capital, Carlos Amastha (PP), e a senadora Kátia Abreu (PMDB). Ambos trocam farpas já há alguns anos. Recentemente, Amastha chegou a cutucar a senadora no Twitter, acusando-a de "familiocrata".

Na reunião com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, Kátia garantiu que intercederá junto à presidente Dilma Rousseff para que Palmas seja sede dos jogos que estão previstos para acontecer em junho de 2015, com a participação de indígenas de 30 países, envolvendo mais de 2 mil atletas. Amastha comentou o encontro no Twitter. O prefeito argumentou que conversaria com qualquer tocantinense para o bem de Palmas. "Sento com a Kátia, com o MM [Marcelo Miranda], com Siqueira, Sandoval ou qualquer tocantinense que deseje colaborar com a nossa cidade. Assim fazemos gestão", disse.

Na postagem seguinte, o prefeito da Capital exaltou a cordialidade da senadora Kátia Abreu, chegando a citá-la diretamente na rede social. "A senadora Kátia Abreu foi muito cordial e colocou todo o seu prestígio em Brasília em prol do projeto Palmas sede dos jogos mundiais 2015", publicou.

Em matéria da prefeitura, Amastha declarou a ação da senadora fundamental. "Agradeço a todos que não têm medido esforços para apoiar Palmas e defender os interesses de todos os palmenses, em especial a senadora Kátia Abreu, que tem junto ao governo federal trânsito livre, seu apoio é fundamental", ressaltou.

Material enviado pela assessoria de Kátia Abreu, apontou que a senadora defendeu que a Prefeitura de Palmas apresentou um grande projeto para sediar os jogos, e que existe a possibilidade do governo federal escolher a Capital do Tocantins como sede permanente das competições internacionais indígenas.

Projeto

O projeto apresentado pela Prefeitura tem o lago como cenário, e prevê a criação de uma nova praia logo após a Praia do Caju, que terá a caracterização indígena e cuja estrutura será aproveitada turisticamente mesmo após o evento. Será ainda um novo cartão postal da cidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Em forma de estrela, está projetada a Aldeia que será a casa dos indígenas durante a realização do evento, e será instalada às margens do ribeirão Taquaruçu, que deságua no Lago. O projeto estrutural prevê ainda a Grande Arena, para a realização dos jogos, Campo de Beisebol, Museu, entre outros.

Caso Palmas seja vencedora, os Jogos Mundiais utilizarão os espaços do Centro de Excelência de Futebol e do Centro de Iniciação Esportiva, aparelhos do Governo Federal destinados a Palmas por meio do legado da Copa do Mundo e das Olimpíadas, respectivamente.

O projeto é capitaneado pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer em parceria com o Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas (Impup), Fundação Cultural, Agência de Turismo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, Secretaria Estadual de Infraestrutura e do Colegiado Setorial Indígena do Conselho Nacional de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.



Enfermagem indígena - Prorrogado prazo de inscrições para contratar docentes
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 15.04.2014

A Escola Técnica de Saúde de Roraima (ETSUS) prorrogou as inscrições do seletivo que vai contratar docentes temporários no curso técnico em Enfermagem para indígenas. O novo prazo termina no dia 07 de maio, e os documentos devem ser entregues na sede da escola técnica, rua Pacaraima, bairro São Vicente.

Inicialmente, o prazo final de inscrições acabaria na última sexta-feira (11), mas devido a dificuldade de apresentação de documentos em tempo hábil de alguns candidatos, a mudança logística para o novo prédio da instituição na semana passada e, sobretudo, oportunizar para outros profissionais na área da saúde, além de enfermeiros, a data foi estendida.

Serão 35 agentes indígenas de saúde que vão participar do curso, para tornarem técnico em enfermagem e atuarem nas suas comunidades indígenas. Serão 10 vagas que devem ser preenchidas por profissionais graduados na área de saúde, educação e enfermagem, obrigatoriamente com experiência na área indígena de no mínimo um ano.

O edital e demais anexos para consulta, informações e impressão podem ser acessados no endereço eletrônico (www.saude.rr.gov.br). O candidato deve comparecer na ETSUS, munido dos documentos necessários, em horário comercial.

Segundo a diretora da ETSUS, Tânia Soares, as aulas previstas para o segundo semestre, depois que encerrar as contratações dos docentes, vão acontecer na comunidade da Malacacheta, região do Cantá. "Os 35 indígenas indicados pelos 'parentes' atendem tanto ao DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) Leste quanto o DSEI Yanomami", ressaltou.

O funcionamento das aulas será em duas etapas formativas, divididas em dez blocos que terão 820 horas/aulas, sendo 560 teórica e 260 prática. O docente receberá R\$ 35,00 por hora/aula e ajuda de custo de R\$ 60,00 por dia para deslocamento e alimentação.

Conforme a diretora, o seletivo de contratação acontecerá em duas fases, a fase curricular e avaliação didática. Mas ambas são eliminatória e classificatória. "O candidato poderá concorrer, somente, a um único bloco de unidades temáticas. Cada bloco possui diferentes temas ligadas a saúde", comentou.

Conforme Tânia, a análise vai favorecer o profissional docente que tenha capacidade de exercer a docência com desenvoltura, domínio de conteúdo, clareza e coerência de ideias, boa expressão verbal e corporal. "Na avaliação didática, o candidato deverá ministrar uma aula para uma banca de avaliadores, em um dos assuntos pretendidos", informou.

O julgamento dos candidatos será feito por uma Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, composta por três membros da ETSUS/RR e mais dois dos DSEIs, sendo um do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Leste e outro do Yanomami.

Para a diretoria, dos inscritos no curso técnico, há vários indígenas que atuam na saúde, muito deles como agentes de saúde. "A qualificação vai aprimorar os conhecimentos já adquiridos. Outro fator importante é o reconhecimento do próprio povo e dos não-índios", disse ela.



Filмотека Acreana exibe a mostra Povos Indígenas

SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 15.04.2014

Mostra depoimentos de moradores e indígenas que serão impactados pelo complexo hidrelétrico.

A Filмотека Acreana exibe a mostra Povos Indígenas com produções de documentário e ficção em comemoração ao Dia do Índio, 19 de abril.

A ideia é fomentar o debate, e as sessões serão realizadas até o dia 17 de abril, quinta-feira, às 19 horas, com um filme por noite.

A ação é do governo do Estado, por meio da Fundação Elias Mansour (FEM). A entrada é gratuita.

"Terra Vermelha", do cineasta ítalo-chileno Marco Bechis, "Belo Monte, Anúncio de uma guerra", direção de André D'Elia, e "Xingu", ficção de CaoHamburger fazem parte da cartela de filmes da mostra.

A produção "Terra Vermelha" retrata os conflitos pela posse de terras enfrentados por índios guarani kaiowá no Mato Grosso do Sul.

A ocupação de terras por indígenas resulta em disputas com fazendeiros, assassinatos, desnutrição, alcoolismo, mortalidade infantil, e uma taxa assustadora de suicídios.

Bechis, por meio de belas imagens e um roteiro primoroso, surpreende o espectador mostrando uma realidade crua mesclada à fantasia ficcional. O filme terá exibição nesta terça-feira, 15.

Já "Belo Monte, Anúncio de uma guerra", com exibição na quarta, 16, expõe a opinião de especialistas sobre a polêmica construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída na região da Volta Grande do Rio Xingu.

Mostra depoimentos de moradores e indígenas que serão impactados pelo complexo hidrelétrico.

"Xingu" encerra a mostra na quinta-feira, 17. O diretor CaoHamburger recria a trajetória épica dos irmãos Villas Bôas: Orlando (Felipe Camargo), Cláudio (João Miguel) e Leonardo (Caio Blat).

O filme narra os primeiros contatos com os índios e o dilema de não mais poder conter o avanço que haviam ajudado a iniciar.



Evento reúne garoto e garota indígenas
SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 15.04.2014

Valorizar a cultura indígena! Este foi o objetivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Celso Ferreira da Cunha, ao realizar, no último sábado (12) a escolha do Garoto e Garota Indígena.

A escola, localizada no Distrito de Riozinho (Cacoal), atende 310 alunos. De acordo com o diretor Roberto Oliveira Souza, 20% dos alunos pertencem a alguma etnia indígena. "Nossa escola atende alunos das etnias Cinta-Larga, Suruí, Apurinã, Macurapi e Karitiana, então este evento é uma forma de valorizar a cultura indígena, tão presente em nossa escola".

Além da escolha do Garoto e Garota Indígena, nas categorias mirim e juvenil, diversas outras atividades, como declamação de poemas e apresentações de danças foram realizadas na noite de sábado. Uma noite que trouxe para a escola, além dos alunos, a comunidade do Riozinho que foi prestigiar o evento alusivo ao Dia do Índio, a ser comemorado no próximo dia 19 de abril.

"Eu entendo que este evento que a escola realizou não é apenas uma forma de valorização, mas também de afeto com a gente", destacou o aluno Pabikyt Cinta-Larga, do 1º ano B, eleito o Garoto Indígena na categoria juvenil.

Feliz por ter sido escolhida como a Garota Indígena, também na categoria juvenil, a aluna Clair Assiry da Silva, 8º ano B, falou da sua satisfação com o evento realizado pela escola. "Eu não pensava que ia ganhar, fiquei muito surpresa. Achei muito bom e legal a escola fazer esta programação, pois valoriza a nossa cultura e a gente".

Pela categoria mirim foram eleitos como Garoto e Garota Indígenas os alunos Kaio Nguraá Cinta Larga, 6º ano B, e Sheila Walenâng Surui, 6º ano C.

Educação Integral

A escola Celso Ferreira da Cunha conta, desde 2013, com o Projeto de Educação Integral "Guaporé", implantado pelo Governo do Estado. Para a coordenadora do projeto, Edna Oliveira Santos Arruda, a implantação do projeto trouxe diversos benefícios aos alunos e tem agradado os pais.

"A educação integral ampliou o horário de permanência do aluno na escola, fazendo com que eles aprendam mais, melhorando o nível de conhecimento. Além disso, o projeto agradou muito os pais que tem a segurança de que seus filhos estão na escola".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Em março deste ano, os professores do ensino médio da escola Celso Ferreira receberam tablets que foram entregues pelo Governo de Rondônia para auxiliar nas atividades de pesquisa e formação, permitindo a realização de aulas mais interativas.

Fonte: DECOM



Comunidades indígenas denunciam descasos na saúde e educação, em Marau
SÍTIO CORREIO DA AMAZÔNIA, 15.04.2014

O atraso do ano letivo escolar na rede municipal de ensino, a falta de merenda e material para os alunos, a precariedade estrutural das escolas nas comunidades e falta de transporte, foram as principais denúncias apresentadas por moradores da Reserva Indígena do Rio Marau, localizada no município de Maués, durante Audiência Pública realizada no fim de semana, sábado (dia 12).

O evento foi promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM), em alusão ao Dia do Índio (19 de Abril). O descaso com a saúde indígena, traduzida em falta de medicamentos, postos de saúde e profissionais qualificados também foram abordados pelos índios. As denúncias serão encaminhadas pelo presidente da Comissão, deputado estadual Sidney Leite (PROS) aos órgãos responsáveis e, ainda, ao Ministério Público Federal (MPF).

Distante a 7 horas de barco da sede do município de Maués, a Reserva do Marau possui hoje aproximadamente 3,5 mil índios da etnia sateré-mawé divididos em 70 comunidades. A audiência, que reuniu 200 indígenas, ocorreu na comunidade de Vila Nova, uma das maiores, e a que concentra a única escola de ensino médio da região. Estiveram presentes representantes da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Comissão de Assuntos Indígenas da Câmara Municipal de Maués.

Durante oito horas, lideranças apresentaram os principais problemas enfrentados pelos moradores da região. Na área da educação, a continuidade do programa de formação do magistério indígena pelo programa Pirayara, o reconhecimento das escolas indígenas, estrutura das escolas, desvalorização dos professores foram consideradas pelos comunitários com em situação de “regresso”, de atraso.

Na saúde, a Casa de Saúde Indígena de Maués (Casai-Maués) recebeu as maiores críticas. Sem reforma, o local não apresenta as condições mínimas de higiene e atendimento para os índios que chegam à sede do município em busca de tratamento. A falta formação dos agentes indígenas de saúde (AIS) e dos agentes indígenas sanitários (Aisan), assim como a falta de medicamentos nos polos e nas comunidades também foram denunciadas.

Para Sidney Leite há um descaso total com os indígenas da região, que refletem diretamente no desenvolvimento das comunidades. “Estamos no mês de abril e até hoje as crianças ainda estão fora da sala de aula. Isso é inadmissível. A preocupação das lideranças é válida, pois compromete todo o aprendizado, o cumprimento da carga horária, a renovação dos professores e ainda implica no cancelamento do benefício do Bolsa Família, uma vez que as crianças não estão estudando”, comentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 69./ 2014

Brasília, 15 de abril de 2014.

Todas as denúncias serão encaminhadas pelo parlamentar aos órgãos competentes. “Estão aqui a Seduc, a Seind, a Coiab e todos sairão daqui com as demandas que também serão apresentadas e direcionadas por eles”, destacou.



Exposição "Artesanato Indígena de MS" acontece hoje na Casa do Artesão
SÍTIO MIDIAMAX, 15.04.2014

A Exposição Temporária "Artesanato Indígena de Mato Grosso do Sul", com peças e coloridos de todas as etnias indígenas do Estado começa hoje (15), às 17 horas, na Casa do Artesão, em Campo Grande.

A exposição é em celebração ao Dia do Índio com uma pequena amostra de sua cultura. As matérias-primas e a inspiração do artesanato indígena vêm da natureza.

Com a segunda maior população indígena do Brasil, de mais de 70 mil cidadãos, Mato Grosso do Sul abriga as etnias Atikum, Terena, Nadeva, Kaiowá, Kadiwéu, Kinikinawa, Guató, Ofaié e Kamba. Cada uma delas resguarda grande parte de seu sistema de significados e valores, produzindo artesanato de espírito coletivo e enriquecendo nossa cultura.

Serviço

A mostra acontece até 17 de maio e pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas e aos sábados, das 8 às 12 horas. A Casa do Artesão fica na Avenida Calógeras, 2.050, no centro. A entrada é franca.

Mais informações na Gerência de Desenvolvimento de Atividades Artesanais, pelos telefones 3316-9107 ou 3316-9152.



Pesquisa de Mineração é suspensa em área quilombola de São Paulo

SÍTIO DPU, 15.04.2014

São Paulo, 15/04/2014 - A 4ª Vara Federal da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Santos/SP decidiu suspender pesquisas de mineração em área quilombola, após instauração de Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). As denúncias, que partiram de reunião entre a Defensoria Pública da União (DPU) em Santos e representantes das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no interior de São Paulo, questionaram a autorização de pesquisa mineral pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em áreas reconhecidas das comunidades locais, sem prévia consulta.

A Comunidade de Porto Velho, localizada na região, é reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de ser reconhecida também pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Apesar disso, o DNPM emitiu em 2011 diversos alvarás de pesquisa ou lavra dentro dessas áreas, sem que as comunidades da região tivessem sido consultadas, conforme prevê a Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“Sabe-se que essas comunidades possuem uma relação especial e diferenciada com a terra. Desrespeitar a terra que ocupam, portanto, significa desconsiderar características únicas que as diferenciam na multicultural sociedade brasileira, sociedade esta que, inclusive, garantiu proteção especial aos quilombolas por conta dessas características diferenciadoras”, afirmou a defensora pública federal Mariana Preturlan, então titular do 2º Ofício da DPU em Santos, na inicial da ação civil pública nº 00028559420134036104.

A Defensoria Pública da União em Santos, após infrutífera recomendação ao DNPM realizada pela DPU em São Paulo, entrou na Justiça para garantir o respeito ao procedimento previsto pela Convenção Internacional, com audiência anterior às pesquisas e participação das comunidades no processo decisório, pedindo também, liminarmente, a suspensão das autorizações já emitidas.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União